

RELATÓRIO PARA O COMAI - COMITÊ DE AVALIAÇÃO INDEPENDENTE DO
PLANAFLORO - PLANO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DE RONDÔNIA,
SOBRE OS PROJETOS: MELHORIA DE SALAS DE AULA, VISITAS DE
SUPERVISÃO E QUALIFICAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Nilson Santos
Elisabete L. Christofolletti

Este relatório está dividido em:

I - INTRODUÇÃO

II - POLONOROESTE: UM ANTECEDENTE

III - ANÁLISE DOS POA's DE 1.993 e 1.994 - PLANAFLORO

Parte I - Projeto Executivo: Melhoria de Salas de Aula

1. Objetivos

1.1. Metas a alcançar previstas no POA de
1.993 e 1.994

1.2. Atividades executadas no ano de
1.993

2. Análise das atividades propostas e
realizadas

2.1. Conceitos utilizados na diagnóstico
da problemática e estratégias de
intervenção

2.2. Processo de Planejamento

2.3. Acompanhamento e identificação de
possíveis dificuldades

2.4. Compatibilidade das Políticas
Públicas, diretrizes operacionais e
objetivos do PLANAFLORO

2.5. Capacidade institucional dos órgãos
executores

2.6. Articulação interinstitucional

3. Conclusões e Sugestões

Parte II - Projeto Executivo: Visitas de Supervisão

1. Objetivos

1.1. Metas a alcançar no POA de 1.993 e
1.994

1.2. Atividades executadas no ano de
1.993

2. Análise das atividades propostas e realizadas
 - 2.1. Conceitos utilizados no diagnóstico da problemática e estratégias de intervenção
 - 2.2. Processo de planejamento
 - 2.3. Acompanhamento e identificação de possíveis dificuldades
 - 2.4. Compatibilidade das Políticas Públicas, diretrizes operacionais e objetivos do PLANAFLORO
 - 2.5. Capacidade institucional dos órgãos executores
 - 2.6. Articulação interinstitucional
3. Conclusões e Sugestões

Parte III - Projeto Executivo: Capacitação de Recursos Humanos

1. Objetivos
 - 1.1. Metas a alcançar previstas no POA de 1.993 e 1.994
 - 1.2. Atividades executadas no ano de 1.993
2. Análise das atividades propostas e realizadas
 - 2.1. Conceitos utilizados no diagnóstico da problemática e estratégias de intervenção
 - 2.2. Processo de Planejamento
 - 2.3. Acompanhamento e identificação de possíveis dificuldades
 - 2.4. Compatibilidade das Políticas Públicas, diretrizes operacionais e objetivos do PLANAFLORO
 - 2.5. Capacidade institucional dos órgãos executores
 - 2.6. Articulação interinstitucional
3. Conclusões e Sugestões

Parte IV - Conclusão Final e Sugestões

Parte V - Bibliografia Consultada

Para a elaboração da análise dos projetos de Melhoria de Salas de Aula, Visitas de Supervisão e Qualificação de Recursos Humanos, fizemos a leitura dos textos e documentos citados na bibliografia, além de entrevistas com pessoas responsáveis pelo sub componente Educação do PLANAFLORO pela Secretaria de Estado da Educação, pelas SEMEC's e pelas Organizações Não Governamentais.

I - INTRODUÇÃO

Emília Ferreiro, Ana Teberosky, juntamente com outros colaboradores, desde 1.974 em Buenos Aires e 1.976 em Genebra e no México vem estudando os estágios de conceptualização da escrita e o desenvolvimento da "lecto - escrita", com base na epistemologia genética piagetiana e na psicolinguística de Chomsky e outros, numa abordagem "cognitivista - interacionista" do conhecimento.

No Brasil, os estudos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky vem sendo divulgados desde 1.980, provocando em muitos o despertar por uma nova forma de pensar a educação.

Na abordagem "cognitivista - interacionista", a aprendizagem parte do próprio aprendiz, do momento em que se encontra, do contexto em que está inserido no momento do aprendizado.

Quando chega à escola, a pessoa traz um conhecimento de sua língua materna, vive em um mundo de escritas, demonstrando que o processo de aquisição da linguagem escrita antecede e ultrapassa os limites escolares.

A escrita nada mais é do que um sistema de representação da linguagem e a leitura é sua interpretação.

A pessoa possui hipóteses originais sobre a escrita, que não são ensinadas por ninguém, busca uma forma de compreender a natureza da língua escrita à sua volta, de responder a alguns de seus questionamentos.

Na aprendizagem, o fundamental é a ação do sujeito, a ação de pensar sobre o objeto de conhecimento. Aprender Pensando.

A aprendizagem, não é um processo de mera percepção, mas construído. Aprender não é somente adquirir hábitos, desenvolver a percepção e o controle motor, mas, aprender é principalmente explorar e descobrir. Partindo desta concepção, a obtenção do conhecimento é um resultado da própria atividade da pessoa, do sujeito - um processo.

Quando neste processo de aprendizagem, há o erro, em sua maioria são denominados de "erros construtivos", isto é, são hipóteses que a pessoa estabelece, constrói para compreender a problemática que se apresenta. São tipos de respostas que permitem o acesso a níveis mais elaborados do conhecimento.

Partindo destas hipóteses, dos erros, é que a pessoa percebe que o conhecimento já adquirido e assimilado não se mostra suficiente para responder às novas dúvidas, formam-se novos conflitos na interação homem/ cotidiano.

O professor é a pessoa que vai organizar as experiências que possibilitam o encontro do sujeito que pensa, com o objeto do conhecimento da língua escrita.

Cabe ao professor, organizar então, situações funcionais e significativas para estimular e facilitar a aprendizagem. O professor neste contexto é um pesquisador, que organiza atividades, observa, testa seu referencial teórico em sala de aula, observa o processo de construção do pensamento do aluno.

Para que este processo ocorra é indispensável oferecer materiais de leitura e oportunidades reais de escrita na escola, principalmente para as crianças de classe de baixa renda ou do meio rural, principalmente por não possuírem na família, em casa, um grande contato com a escrita. É na convivência com a escrita que a criança entra em contato com os conflitos cognitivos e vai formulando suas hipóteses para compreendê-la.

Importante tanto quanto é a formação do professor (seus conhecimentos teóricos e a sistematização de sua prática), o acompanhamento, a atualização, troca de experiências, resultando tudo na sistematização do cotidiano em sala de aula, que possibilitará ao professor o conhecimento de seu próprio processo de conhecimento de seu próprio processo de conhecimento, conseqüentemente um maior respeito e interesse pelo conhecimento de cada criança/adulto que esteja com ele trabalhando.

II - POLONOROESTE: UM ANTECEDENTE

Em 1.989, a população do Território de Rondônia, era de aproximadamente 567 mil habitantes, com 49% de sua população vivendo na área rural. Com 15 municípios (sua maioria ao longo da BR 364), oito estavam contemplados na área do Programa do POLONOROESTE. (Estes dados foram fornecidos pelo documento "Diagnóstico Institucional do Setor Educacional - Primeiros resultados" de jun/jul de 1.989)

Neste período a rede física escolar oferecia um total de 105,5 mil vagas escolares, para uma demanda potencial estimada de 126,4 mil crianças de 7 a 14 anos.

Com a instalação do Estado em 22.12.81 e conseqüentemente com uma reorganização política e administrativa, a rede escolar passa por um processo de "municipalização", a partir do qual passou a ser função das prefeituras a operacionalização, acompanhamento e gestão do ensino fundamental em sua jurisdição e ao Estado resultou a tarefa de formular a política educacional, com a gestão e execução do ensino secundário.

Com o POLONOROESTE foram criados 39 Núcleos Urbanos de Apoio Rural-NUAR em Rondônia, com o intuito de colaborar, assessorar as condições necessárias para fixar o pequeno produtor ao campo.

Em cada sede dos NUAR's seria implantada uma escola primária, para o ensino de 1. grau completo, com 4 salas de aula. Ao redor dessas escolas, em pontos tidos como

"estratégicos" nas diversas estradas vicinais, seriam instaladas escolas unidocentes e multisseriadas de uma sala de aula. Estas escolas foram também denominadas escolas "satélites" ou "polivalentes". Para cada escola primária, seriam construídas 10 escolas satélites.

Acompanhando este trabalho teríamos supervisores escolares habilitados. Os professores seriam recrutados dentre os moradores das próprias localidades onde localiza-se a escola, sendo capacitados sob um sistema específico e alternativo de habilitação, projeto do Ministério da Educação denominado por "Logus".

No âmbito da educação havia uma preocupação em ampliar a rede física, implantar e desenvolver um sistema de ensino fundamental ajustado as peculiaridades do meio rural, principalmente o que diz respeito ao curriculum e calendário de forma que possibilitassem à criança da área rural frequentar a escola.

No POLONOROESTE a programação, execução e monitoria tiveram início com a elaboração do POA (Plano Operativo Anual, para o ano 1.993). A própria Secretaria de Estado da Educação-SEDUC coloca que não se pode afirmar com clareza que tenha havido efetiva participação da Coordenação de Ensino Rural na definição da programação em sua totalidade.

"Isso leva a crer que a programação global obedece a políticas e diretrizes definidas no âmbito governamental, nem sempre coincidentes com os objetivos básicos do componente, o que identifica um relativo distanciamento do compromisso da SEDUC para com as ações do componente enquanto componente de um Programa; a programação por vezes espelha prioridades momentâneas da SEDUC para aplicação dos recursos do componente e que em relação a outros componentes, são de pouca expressão, muitas vezes sem produzir significativas melhorias no sistema de ensino rural, inclusive sem significativos impactos sobre o público beneficiário". (Diagnóstico Institucional do Setor Educacional-Primeiros resultados de Jun/jul de 1.989, p. 7)

A SEDUC aponta algumas dificuldades sentidas para a execução do POLONOROESTE como: assimilação da proposta do Programa; falta de agilidade da máquina pública estadual e insuficiência de pessoal em todos os níveis.

Ainda na p. 11 encontramos uma avaliação que merece destaque e atenção de nossa parte.

"A título de balanço geral da implementação do componente educação no âmbito do Programa POLONOROESTE, a melhor síntese avaliativa é a que consta do segundo parágrafo "aide-memoire" da Dra. Donna Dowsett, monitora do Banco Mundial, quando de sua missão a Rondônia, em fins de abril de 1986:" (...) é indiscutível o fato de que o POLONOROESTE tem feito uma contribuição em Rondônia, no sentido de ampliar substancialmente o acesso à educação primária na área rural, especialmente de 5. a 8. séries. Porém até o momento, o impacto do POLONOROESTE sobre a educação rural tem sido muito aquém do originalmente

previsto. Em comparação com a ênfase dada à execução dos aspectos físicos do Programa (construção e equipamento de prédios escolares), relativamente pouca atenção foi prestada à execução dos aspectos mais qualitativos do ensino-aprendizagem (treinamento de pessoal, elaboração e distribuição de material didático, fortalecimento da supervisão escolar) e à operacionalização efetiva das escolas construídas pelo Programa. Isso implica que os beneficiários finais dos componente educação - os alunos - estão recebendo um serviço realistamente inferior ao que poderiam estar recebendo, se os recursos alocados para treinamento de pessoal, elaboração e distribuição de material didático, etc, tivessem sido melhor utilizados".

"Em julho de 1989, a realidade ainda é muito semelhante à de abril de 1986, e no decorrer dos itens anteriores foram suscitadas diversas variáveis que conduziram a tal. No entretanto, enquanto persistir a sólida convicção de que o cotidiano vivido é o caminho mais viável, mais factível e mais simples de se transformar o próprio cotidiano, as possibilidades são imensuráveis - só que tem um preço, o preço do aprendizado, da tomada de consciência, do exercício da criticidade, da busca constante e infinita do melhor".

A SEDUC busca justificar sua ineficiência junto ao POLONOROESTE através da burocracia, por não conseguir trabalhar de forma concomitante teoria/prática, e por não haver um trabalho integrado com outras áreas, como na construção, manutenção e funcionamento das escolas. A construção das escolas ficou sob a responsabilidade do INCRA, equipamento e manutenção com a SEDUC, e o treinamento de 500 professores e custos operacionais das escolas por conta do governo federal.

No "relatório de conclusão de projetos contrato n. 2353-BR, POLONOROESTE/RO, 1984/1991", coloca-se a desproporcionalidade com a qual foram atendidas as escolas "polo" e "satélites", em relação à distribuição das escolas, de materiais e docentes, e sua capacidade de uso.

Brent H. Millikan em "Diagnóstico de 10 Núcleos Urbanos de Apoio Rural - NUAR's" em fev. 84, coloca em relação aos NUAR's:

"Sem condições de acesso ao campo, o trabalho do técnico fica paralisado. Sem acesso ao NUAR, o colono continua buscando esses serviços na cidade, com o NUAR virando apenas uma ilha isolada". (p. 38)

O NUAR como Centro de Ensino, não apresentava uma proposta que realmente viesse a atender as necessidades da população rural, sem a organização de um curriculum específico para esta população e sem um cronograma adequado, quando se fazia necessária a mão-de-obra familiar no lote, a criança deixava a escola, principalmente na colheita.

Desta forma, os NUAR's sem sempre atenderam as necessidades e especificidades da população para a qual foram criados.

III - ANÁLISE DOS POA's de 1.993 e 1.994 - PLANAFLORO

PARTE I - PROJETO EXECUTIVO: MELHORIA DE SALAS DE AULA

1. OBJETIVOS

O POLONOROESTE implantou 283 escolas unidocente de 1. grau, das quais 80 situam-se em área de desenvolvimento sócio-econômico criadas pelo Projeto de Colonização que inclui: Machadinho do Oeste, Cujubim e Urupá. Também foram construídas 23 escolas polos de 1. grau com 4 salas de aula e hoje apenas 05 desse total foram ampliadas com uma média de 2 salas por escola, somando então um total de 102 salas de aula.

Observando a situação física das unidades escolares, constata-se:

- o elevado índice de escolas rurais em condições precárias;

- escolas Polos com excesso de alunos, sem condições de atender a demanda;

Por estes motivos apresentados no POA/93 que o componente Infra-Estrutura sócio-econômica do PLANAFLORO deve priorizar ações que venham a atender e garantir a melhoria do ensino e da qualidade da rede física escolar situada na zona rural.

1.1. METAS A ALCANÇAR PREVISTAS NO POA de 1.993 e 1.994

- Recuperação de 150 unidades escolares (multigraduadas com 01 sala de aula).

- Recuperação de 12 escolas Polos com a média de 04 salas de aula localizadas nos NUAR's

- Aquisição de materiais permanentes a fim de atender 772 escolas, sendo 12 polos e 761 satélites, conforme o n. de salas de aula e suas reais necessidades.

- Aquisição de materiais de consumo para atendimento a 772 escolas, atendendo em segunda instância os professores e alunos da área rural.

- Manutenção de 12 veículos que atenderão o serviço de supervisão escolar e monitoria.

- Impressão de 20.000 exemplares de materiais instrucionais para atendimento a 771 escolas.

- Aquisição de assinaturas de 38 jogos de revistas educativas, objetivando auxiliar o desenvolvimento do Ensino ao educando.

- Aquisição de 100 diárias para atendimento aos servidores que farão serviços de distribuição de materiais aos municípios.

Para o ano de 1994 o POA apresenta como objetivo geral:

- melhorar a rede física, através de reabilitação das unidades escolares;

- manter as unidades escolares através da aquisição de materiais permanentes, consumo e outros serviços de atendimentos.

Como objetivos específicos:

- reabilitar o aspecto físico das unidades escolares;

- fornecimento de material de consumo às unidades escolares;

- fornecimento de material permanente às unidades escolares;

- acervo bibliográfico;

- atender os serviços de supervisão escolar, monitoria, distribuição de material e merenda escolar;

- fornecimento de material didático-pedagógico e instrucional;

- atender aos servidores que farão os serviços de distribuição, possibilitando maior estímulo à execução desses serviços na zona rural;

- efetuar pagamento de serviços prestados por terceiros.

Descrição dos objetivos específicos:

- recuperação de 25 unidades escolares multigraduadas com 01 sala de aula;

- aquisição de materiais de consumo para atendimento de 772 escolas, atendendo em segunda instância os professores e alunos da área rural;

- aquisição de materiais permanentes (de reposição), a fim de atender 25% das necessidades das 11 escolas multigraduadas 190 escolas e 25% das necessidades das 11 escolas pólos;

- aquisição de 40 jogos de jornal informativo com enfoque educativo e 40 jogos de revistas educativas diversificadas, visando auxiliar o desenvolvimento do ensino-aprendizagem;

- manutenção de 09 veículos que atenderão os serviços de supervisão escolar, monitoria, distribuição de material e merenda escolar;

- elaboração e impressão de 14.388 exemplares de livros e apostilas pedagógicas, para atendimento a 772 escolas;

- aquisição de 100 diárias para atendimento aos servidores que farão o serviço de distribuição;

- pagamento de serviços de terceiros.

1.2. ATIVIDADES EXECUTADAS NO ANO DE 1993

Segundo os relatórios de monitoria apresentados pela SEDUC em junho de 1993, podemos verificar que ela própria reconhece que a não manutenção das unidades escolares através de ações como aquisição de material permanente e de consumo, serviços de recuperação de unidades escolares, "insurgia-se como um dos fatores contribuintes para a péssima qualidade de ensino praticada então no Estado de Rondônia, especialmente nas zonas que seriam contempladas pelo PLANAFLORO em seus dois primeiros anos de atuação." (p. 02)

Devido as péssimas condições físicas encontradas nas escolas rurais dos municípios de Ouro Preto (02), Alvorada (02), Pimenta Bueno (04), e Cerejeiras (05), o que praticamente impedia o funcionamento dessas escolas, fez-se necessário (no período de julho/91 a set/92) a recuperação dessas escolas por intermédio de serviços de terceiros, beneficiando assim não apenas alunos e professores, mas a própria comunidade, que utiliza os prédios para reuniões comunitárias dentre outras.

A necessidade de recuperação das escolas também é justificado pela SEDUC a partir das duras intempéries, próprias da Amazônia, que somado a outros fatores, interferia também nos índices de evasão e repetência nas escolas.

Durante o primeiro semestre de 1993 não houve nenhum repasse de verba por parte do PLANAFLORO.

No mês de maio de 1.993 basicamente a atividade desenvolvida pela SEDUC, deteve-se no terreno de execução de projetos, isto é, no âmbito técnico-administrativo.

A confecção de plaquetas identificadas para o material permanente também não foram realizadas, ficando sob a responsabilidade da própria SEPLANAFLORO providenciar este material.

Foram impressos 500 certificados, como havia sido previsto para os meses de maio e junho de 93.

Quanto a recuperação das escolas unidocentes dos distritos de Extrema e Nova Califórnia, das escolas pólos situadas nos NUAR's Nova Colina (Ji-Paraná), Nova Londrina (Ji-Paraná) e Nova Esperança (Espigão d'Oeste), conforme programação, pois as modificações na legislação de licitação provocaram seu atraso.

2. ANÁLISE DAS ATIVIDADES PROPOSTAS E REALIZADAS

2.1. CONCEITOS UTILIZADOS NO DIAGNÓSTICO DA PROBLEMÁTICA E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

Logo após o término do POLONOROESTE, o Estado iniciou os trabalhos em novos projetos visando o recebimento de mais recursos para prosseguir em suas atividades.

Faz parte da elaboração dos novos POA's uma análise quantitativa, mas em nenhum momento uma análise qualitativa, referente por exemplo a estrutura das escolas rurais existentes, se elas satisfazem a necessidade da população para a qual foram criadas e de seu corpo técnico e docente.

Fala-se em reforma, por conta de não ter havido preocupação sistemática com a manutenção dos prédios construídos pelo POLONOROESTE.

Em nome da melhoria das salas de aula, propõe-se a reabilitação das escolas, aquisição de material permanente e de consumo. O pacote de material padrão para todas as escolas, assim como o critério utilizado para distribuição deste material também apresenta-se de forma aleatória, na página 06 do POA 93 encontramos:

"A distribuição de materiais obedecerá as especialmente estabelecidas pelo o Projeto, atendendo conforme estudo realizado previamente nas unidades escolares cuja realidade demonstre maiores carências e necessidades no que se refere à aquisição desses materiais".

Também, a elaboração de materiais instrucionais, assim como as assinaturas de revistas educativas estão sem nenhum critério para a seleção e compra destes materiais, pois são muitos os tipos e a qualidade de cada um deles também varia.

Para a distribuição de materiais diversos e o atendimento necessário as escolas rurais, há uma quantidade de diárias requisitadas para as quais a SEDUC não tem conseguido estabelecer uma forma de controle eficiente, ficando em aberta o uso das diárias.

Quanto a estratégia de intervenção, para a recuperação das unidades escolares fala-se em três fases:

1. fase: mobilização
2. fase: acompanhamento
3. fase: finalização

Pelas informações obtidas, até o final do primeiro semestre de 1993 não havia disponibilidade de recursos do PLANAFORO, o que não justifica pelo menos a execução da primeira fase, fato este que parece-nos não ter ocorrido.

As relações tem-se estabelecido muito mais para executar os trabalhos já programados.

2.2. PROCESSO DE PLANEJAMENTO

A unidade técnica responsável pela elaboração e execução do projeto é a equipe técnica de programas especiais/ NUPLAN/SEDUC.

A participação de outros elementos, como por exemplo das ONG's, CNP, Consultores PNUD, dentre outros não é clara. A SEDUC garante que abriu espaço e requisitou a participação destas entidades, que por sua vez fazem suas colocações no sentido de que a SEDUC aceita colaboração de fora para a participação, porém, "braçal" que abrange os trabalhos de datilografia e execução de algumas tarefas de secretaria, e que não se tem informações do que as prefeituras fazem, como e porque o fazem.

Parece-nos este um relacionamento difícil e paralelo.

2.3. ACOMPANHAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DE POSSÍVEIS DIFICULDADES

O acompanhamento em campo para inclusive possibilitar a identificação de alguns entraves que possam ocorrer no decorrer da execução do projeto, não está garantido; já que envolve pessoas da comunidade, o trabalho das Secretarias Municipais de Educação, e a Secretaria de Estado da Educação. Entre as SEMEC's e a SEDUC há vários problemas, desde os burocráticos até os de ordem política partidária. Por parte da comunidade que também poderia desempenhar um papel de monitoramento, não se tem esta garantia a partir do momento em que, somente há participação para a execução, mas não na elaboração e principalmente na compreensão do que pode significar uma colaboração como esta do Banco Mundial, para que não se "perca" seu esforço, como ocorreu com a do POLONOROESTE.

Sem conhecimento, informações e domínio do que se está por fazer não é possível a localização de possíveis entraves e a busca de suas soluções, este também é o resultado de um trabalho burocratizado e centralizado.

2.4. COMPATIBILIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, DIRETRIZES OPERACIONAIS E OBJETIVOS DO PLANAFLORO

"Primeiro vem o social, depois o ambiental..." (fala de uma entrevista realizada com duas pessoas envolvidas na elaboração e execução do PLANAFLORO).

Não há por parte da SEDUC uma Política Educacional clara, com uma discussão ampla que envolva docentes e técnicos de seu quadro, bem como a maior parte das SEMEC's.

No Estado de Rondônia e na administração da "coisa pública" vive-se um modelo de administração familiar, e como já é de conhecimento, este modelo administrativo não considera a competência, a proximidade, a intimidade com a área, ou o trabalho a realizar, prioriza-se principalmente as relações pessoais quando da escolha de pessoas para os cargos de confiança, o que dificulta um trabalho de qualidade em qualquer nível.

A visão unilateral e fragmentada que os técnicos e profissionais da educação tem demonstrado, parece-nos que serve de contraponto com a proposta do PLANAFLORO, quando a SEDUC dissocia reconstrução de salas de aula com capacitação de pessoal, com educação ambiental, cada técnico consegue enxergar somente seu papel num determinado momento e em uma determinada tarefa, causando assim um confronto entre as propostas e atividades realizadas e não uma unidade.

2.5. CAPACIDADE INSTITUCIONAL DOS ÓRGÃOS EXECUTORES

Em relatório de monitoria elaborado pela SEDUC de maio, junho e julho de 1993, afirma que até julho a composição técnica não era suficiente para o desenvolvimento dos projetos executivos (p. 3 e p. 8). Já em relatório de monitoria de julho, agosto, setembro de 1993, diz que o corpo técnico existente em setembro mostra-se apto (p. 3).

Não fica claro o que possibilitou que o corpo técnico pudesse fazer para sentir-se apto, principalmente considerando que nenhuma mudança ocorre como numa explosão.

2.6. ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

O Governo do Estado apresenta-se como o organizador dos projetos, mas em entrevista com a representante da SEDUC em Ji-Paraná deparamo-nos um total desconhecimento a respeito do PLANAFLORO, o que identifica que são alguns técnicos que elaboram os projetos, sem a participação da população envolvida na problemática em questão.

Na mesma ocasião a Secretária de Educação do Município de Ji-Paraná colocou a dificuldade no repasse de verbas para a reforma, reconstrução de escolas, e este atraso está fazendo com que o município arque com 80% da verba necessária. É desta forma que se vai processando no cotidiano a interação e desenvolvimento, divisão de trabalho e cooperação entre as instituições Estadual e Federal.

3. CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Em entrevista realizada na SEDUC por um dos elaboradores deste relatório, algumas falas em especial nos chama a atenção para iniciar este espaço de conclusão. Tais como:

"O Banco Mundial colocou um santuário ecológico aqui na Amazônia. Por isso só a zona I será contemplada"

"Primeiro vem o social, depois o ambiental..."

"O dinheiro do Banco Mundial chega com a taxa cambial de dois meses de atraso...com o dinheiro de recuperar cinco escolas recuperamos uma..."

Houve um atraso no início das atividades a serem desenvolvidas durante o ano de 1993, o que em momento algum deve causar descrença em que este trabalho possa ser desenvolvido. Entendemos que tem faltado a SEDUC, SENEC's, as ONG's, e outras entidades, uma perspectiva maior, e uma ação de conjunto, assim como a busca de alternativas para que o trabalho não caia no esquecimento.

Pelos contatos estabelecidos no interior do Estado, sentimos que algumas ações possíveis e que independeriam de liberação de verba do Banco Mundial, não estão sendo realizadas, como a mobilização da comunidade para a reforma das escolas, como proposto no POA de 1993, por exemplo.

Também entendemos ser importante ressaltar que não cabe ao Estado, ou somente aos Municípios o êxito deste trabalho, mas a um trabalho conjunto das instituições governamentais e das ONG's. Quando falamos em material permanente e material de consumo, em como é necessário que seja ele diferenciado para cada localidade, é justamente pela especificidade que cada escola apresenta, de acordo com seu quadro de docentes e de alunos. A carência no Estado é grande, o que não justifica que seja enviado qualquer material para as escolas.

Sugerimos uma maior participação por parte da comunidade, dos municípios, não somente no momento de execução das tarefas, mas na decisão de quais e como as tarefas devem ser desenvolvidas.

PARTE III - PROJETO EXECUTIVO: VISITAS DE SUPERVISÃO

1. OBJETIVOS

Quando da execução do Programa do POLONOROESTE, foram atendidos 10 municípios (dados retirados do POA/93), a supervisão realizada, era trimestral, e tinha o intuito de avaliar o desenvolvimento educacional no meio rural, prestar assistência técnica-pedagógica aos NUAR's subsidiando suas atividades docentes e administrativas, além de coletar dados (tais como: o perfil da zona rural, em seu aspecto físico e social quanto à demanda, evasão, reprovação e aprovação). Ainda segundo informações do POA/93, houveram grandes dificuldades para se atingir essas metas tendo em vista a indisponibilidade financeira.

Também foram adquiridos 11 veículos: sendo 02 caminhões para distribuição de materiais e 09 Toyotas que atendiam a locomoção dos técnicos às áreas rurais. (hoje estão fora de uso pelas condições em que se encontram, em decorrência das péssimas condições de acesso à zona rural)

O atual projeto financiado pelo PLANAFLORO, visa implementar o processo de descentralização educacional no

que refere-se ao aspecto de supervisão estadual, regional e municipal, para fortalecer o serviço de acompanhamento, orientação e avaliação de todo o ensino desenvolvido na zona rural do Estado.

1.1. METAS A ALCANÇAR PREVISTAS NO POA DE 1.993 e 1.994

Este projeto tem como objetivo maior executar mecanismos descentralizados de supervisão educacional, visando, desta forma, fortalecer os serviços de acompanhamento, orientação e avaliação do sistema estadual, regional e municipal.

No ano de 1993 foram estas as metas a atingir no âmbito da supervisão escolar:

- Aquisição de 4.864 diárias para atendimento ao serviço de supervisão escolar da rede municipal;
- Aquisição de 1.536 diárias para atendimento a supervisão escolar das Representações Regionais;
- Aquisição de 640 diárias para atendimento ao serviço de monitoria e supervisão educacional estadual;
- Aquisição de 256 passagens para atendimento à locomoção dos técnicos para o serviço de monitoria e supervisão educacional;
- Aquisição de 02 veículos para realização do serviço de supervisão escolar;
- Aquisição de 06 diárias para supervisores que participarão de eventos nacionais;
- Aquisição de 02 passagens aéreas para supervisores que participarão de eventos nacionais;
- Pagamento de 65 gratificações aos técnicos que desenvolvem o serviço de acompanhamento técnico - administração e execução do subcomponente.

Coloca-nos o POA/94:

"Com o surgimento do PLANAFLORO, o projeto de visitas de supervisão ganhou uma dinâmica descentralizada o que de certa forma favoreceu ao fortalecimento do serviço de acompanhamento, orientação e avaliação de todo o ensino na área de abrangência do programa no ano 1993. Tentou-se com essa nova caracterização proporcionar maior intensificação do trabalho de supervisão escolar, sendo este colocado em prática pelas SEMEC's e Representações Regionais da SEDUC".

Para tanto apresenta como objetivos:

- executar serviço de supervisão escolar na rede de ensino municipal, possibilitando o fortalecimento do acompanhamento, orientação e avaliação nas escolas de responsabilidade do município;
- executar serviço de supervisão escolar das representações da SEDUC, possibilitando o fortalecimento do acompanhamento, orientação e avaliação nas escolas de responsabilidade do Estado;

- atender técnicos e supervisores, facilitando seus deslocamentos aos municípios onde executarão os serviços de supervisão, e monitoria visando a intensificação da orientação in loco aos supervisores e técnicos responsáveis pela execução municipal e regional das ações educacionais;

- atender técnicos e supervisores, possibilitando sua participação em eventos educacionais em outras unidades federativas, visando a melhoria da qualidade do serviço profissional;

- possibilitar melhor gerenciamento, administração, controle, acompanhamento e avaliação dos projetos do subcomponente educação, através de pagamento de gratificações a equipe técnica;

- atender às necessidades materiais, para o bom desenvolvimento das atividades da equipe técnica responsável pelos projetos;

- prestar atendimento à execução dos serviços de supervisão de Alto Paraíso, Corumbiara, Jamarí, Porto Velho e Rio Crespo. Mediante a aquisição de 05 veículos;

- incentivar a comunidade a compartilhar de um trabalho participativo, através da implantação do Conselho Comunitário Escolar, visando estabelecer um pacto para a qualidade total do ensino, modificando radicalmente a forma gerencial administrativa e pedagógica da escola.

Para a realização destes objetivos em 94, o POA demonstra ser preciso:

- Para executar o serviço de supervisão escolar municipal em 40 municípios a aquisição de 7.680 diárias;

- Para executar o serviço de Supervisão Regional das Representações em 05 municípios (Jaru, Ji-Paraná, Espigão d'Oeste, presidente Médici e Ouro Preto d'Oeste), será necessário 576 diárias;

Para executar o serviço de monitoria e supervisão educacional estadual, através da aquisição de 800 diárias e 320 passagens terrestres para atender ao deslocamento de técnicos e supervisores que realizarão o serviço nos 40 municípios do Estado;

- Participação de 3 supervisores ou técnicos em eventos, estágios e troca de experiências em outros estados da Federação, mediante a aquisição de 15 diárias e 03 passagens (ida e volta) necessária para o deslocamento dos mesmos;

- Pagamento de 65 gratificações aos 05 técnicos da equipe responsável pelo gerenciamento, administração, controle, acompanhamento e avaliação dos Projetos Subcomponente educação;

- Aquisição de materiais de expediente necessários para o desenvolvimento das atividades da equipe técnica responsável pelos projetos;

- Aquisição de materiais permanentes e equipamentos para viabilizar o desenvolvimento das atividades da equipe técnica encarregada dos projetos;

- Manutenção de 03 máquinas datilográficas eletrônicas, 04 calculadoras e 01 fotocopidora da equipe técnica responsável pela gerência dos projetos do subcomponente educação;

- Participação de 02 técnicos em eventos, estágios e troca de experiências em instituições de outros países, principalmente da América Latina a aquisição de 30 diárias e 02 passagens (ida e volta) para os dois técnicos;

- Impressão de 10.942 documentos diversos para subsidiar as atividades do serviço de supervisão.

1.2. ATIVIDADES EXECUTADAS NO ANO DE 1993

Segundo dados fornecidos pelo Relatório de Monitoria de Junho de 1993, o Projeto de Supervisão Educacional e Monitoria contribuiu em muito com a melhoria de sala de aula, no que se refere aos aspectos didáticos-pedagógicos, "...trazendo como reflexo positivo o aperfeiçoamento do ensino-aprendizagem, uma vez que permitiu aos professores, através de seus supervisores, uma nova dinâmica aos processos educacionais..." (p. 10)

Em relatório de visitas de supervisão cedidos gentilmente pela própria SEDUC, podemos verificar que foram realizadas visitas de supervisão de duas horas cada uma (por escola). São realizadas supervisões por parte da SEDUC a três ou quatro escolas por dia.

2. ANÁLISE DAS ATIVIDADES PROPOSTAS E REALIZADAS

2.1. CONCEITOS UTILIZADOS NO DIAGNÓSTICO DA PROBLEMÁTICA E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

A SEDUC entende que para modificar e melhorar a qualidade do ensino, necessita prementemente realizar o serviço de supervisão, buscando dotar o professor de técnicas e políticas, cujo resultado prático tem sido a conscientização do professor para o processo de ensino-aprendizagem.

A SEDUC, apresenta uma proposta de descentralização do serviço de supervisão da seguinte forma:

- A - Supervisão Estadual Educacional
- B - Supervisão Regional Escolar
(Representações/SEDUC)
- C - Supervisão Municipal Escolar

Os técnicos do Estado para efetuar a supervisão farão o reconhecimento da realidade através de reuniões dos supervisores das Representações e SEMEC's "...visando refletir e discutir sobre a execução do ensino em cada localidade, implementando desta forma a renovação contínua do processo educacional no Estado"... "A supervisão Regional Escolar dá continuidade à política educacional discutida com a Supervisão Estadual e Municipal, através dos seguintes procedimentos: Encontros pedagógicos com professores das

Escolas Pólos Estaduais; Plantões pedagógicos; Jornada comunitária Pedagógica" (POA/93 p. 64)

Em vários momentos a SEDUC cita os Encontros Pedagógicos, Plantões Pedagógicos e a Jornada Comunitária Pedagógica, assim como faz referência à política educacional, mas não temos claro o que significa cada um deles, qual é a qualidade de ensino que iremos garantir desta forma.

Também faz-se importante refletir acerca do conceito de descentralização para a supervisão que a SEDUC vem utilizando, o que parece-nos que se aproxima muito mais da fragmentação de um trabalho, para o qual não se sabe se a própria SEDUC tem em seu quadro pessoas qualificadas para realizar.

2.2. PROCESSO DE PLANEJAMENTO

O planejamento das atividades de supervisão ficam sob a responsabilidade dos técnicos do DEN, embora no POA/93 a própria SEDUC admita que não tenha pessoal qualificado para o desenvolvimento desta tarefa.

Também através dos relatórios de visitas de supervisão podemos verificar que não há um planejamento uniforme, elaborado em conjunto pelos técnicos, em cada escola para uma mesma situação, com realidades próximas, técnicos diferentes, tem atitudes muitas vezes bem diversa uma da outra, como atitudes paternalistas, de senso comum no tratamento com professores ou na sugestão de atividades para o cotidiano de sala de aula.

2.3. ACOMPANHAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DE POSSÍVEIS DIFICULDADES

O trabalho de supervisão, apresenta-se fragmentado e cada pessoa que nele atua tem um desempenho muito mais a partir de seus conhecimentos, de seus objetivos pessoais e da perspectiva de mundo que traz consigo, não compreendemos como há um acompanhamento e resolução de possíveis entraves, quando surgidos.

2.4. COMPATIBILIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, DIRETRIZES OPERACIONAIS E OBJETIVOS DO PLANAFLORO

Observamos através de Relatórios de Supervisão que as visitas tem desempenhado um papel de inspeção e orientação para preenchimento e encaminhamento da burocracia própria da SEDUC, o que entendemos ser de responsabilidade do DIG/SEDUC (Departamento de Inspeção Geral da SEDUC).

A burocracia tem sido responsabilidade do DIG/SEDUC, enquanto que a orientação, a discussão, o acompanhamento dos trabalhos em sala de aula necessitam de uma atenção e cuidados maiores, mais detalhados. Independente, ainda, de discutirmos a viabilidade ou não do serviço de supervisão, inspeção de "diário de classe" não nos parece proposta do PLANAFLORO, mas sim garantir a viabilidade e qualidade do ensino rural. Desta forma, não

está havendo compatibilidade das Políticas Públicas, com as Diretrizes Operacionais e o PLANAFLORO.

2.5. CAPACIDADE INSTITUCIONAL DOS ÓRGÃOS EXECUTORES

Como já citado anteriormente no POA/93 a Secretaria de Estado da Educação em seu Departamento de Ensino não tem pessoal qualificado teoricamente para supervisionar.

2.6. ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

Segundo as informações coletadas, tem havido uma divisão de trabalho e cooperação por parte do Estado na atuação junto aos Municípios.

3. CONCLUSÕES E SUGESTÕES

No âmbito da Supervisão Escolar a SEDUC aponta a necessidade de desenvolver três atividades: os Encontros Pedagógicos, os Plantões Pedagógicos e a Jornada Comunitária Pedagógica, mas em nenhum momento explicita o que exatamente seria feito durante estas atividades e nem de qual concepção Pedagógica está partindo, o que demonstra uma falta de informações, conhecimentos a respeito do que seja Educação e das amplitudes de suas ações. Talvez até seja por este motivo que a SEDUC não se incomoda em desenvolver este projeto mesmo não tendo no Departamento de Ensino pessoal qualificado teoricamente para supervisionar (POA/93).

Em termos práticos também chama-nos a atenção a quantidade de diárias requisitada no POA/94.

Pelos Relatórios de Supervisão (Visitas de Supervisão) realizados em Ji-Paraná, pudemos verificar que cada escola é visitada por duas horas, trimestralmente. Quando chega a uma escola o Supervisor trás os objetivos da visita prontos, o que podemos justificar, pois afinal, em duas horas dentro de um prédio escolar fica um pouco complicado efetuar um trabalho participativo, dentro da própria linha construtivista, como tem em algumas situações explicitado como sendo esta sua forma de trabalhar. Em compensação não define o que seja uma história bem estruturada, o que significa um bom desenvolvimento para um aluno, entendem que um aluno que faz uma reprodução de história está tendo um atendimento da proposta construtivista de educação, além de algumas poucas atividades sugeridas serem exatamente as atividades sugeridas por Emília Ferreira e Ana Teberosky quando discorrem a cerca do nível, Pré-silábico, Silábico e Alfabético, reproduzindo desta forma um "método" e não criando um saber, não recriando um conhecimento; além de basicamente caracterizar atividades didático-pedagógicas como "jogos" e reduzi-las a isso.

PARTE III - PROJETO EXECUTIVO: CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

1. OBJETIVOS

Tendo em vista o elevado número de professores leigos que o Estado tem e a má qualidade do ensino oferecido, o Governo do Estado de Rondônia "tendo como uma de suas prioridades garantir a melhoria qualitativa do ensino e sua universalização, busca este Projeto o desenvolvimento de ações que propiciem o avanço educacional das crianças e adolescente, mediante medidas que venham debelar tais problemas, e pelo menos, atenuá-los evitando maior incidência dos mesmos" (POA/93 p. 37)

Para tanto foi previsto para o período de 2 anos cursos e/ou treinamentos.

No primeiro ano serão realizados 6 voltado aos profissionais que atuam de 1. a 4. série do 1. grau nos 38 municípios da área de abrangência do PLANAFLORO, 1 para os professores que atuam de 5. a 8. série nas escolas dos NUAR's e 1 de formação que irá atender 25% dos professores não habilitados a nível de 1. a 4. série, o que corresponde a aproximadamente 996 profissionais.

Os curso e/ou treinamento estão distribuídos da seguinte forma:

1. Treinamento/Cursos: "Fundamentação Teórica e Prática do Processo de Alfabetização" - atendendo a 791 professores;

2. Treinamento: "Metodologia da Interdisciplinariedade em Classes Multisseriadas" - atendendo a 816 professores;

3. Atualização de 80 professores de 5. a 8. série em "Aspectos Políticos e Prática Pedagógica de Ensino";

4. Realização de "Encontro Pedagógico" em todos os Municípios - atendendo a 3040 professores;

5. Realização do Curso de "Formação de Professores não habilitados de 1. a 4. série do 1. grau" - atendendo a 996 participantes;

6. Atualização de 80 professores de 1. a 4. série como curso de "Aspectos Políticos e Prática Pedagógica de Ensino", atendendo a 1433 participantes.

1.1. METAS A ALCANÇAR PREVISTAS NO POA DE 1.993 e 1.994

Para o ano de 1993 foram selecionadas 7 metas:
- atualização de 791 professores em "Fundamentação Teórica e Prática do Processo de Alfabetização";

- Atualização de 1433 professores em "Aspectos Políticos e Práticas Pedagógicas no Ensino de 1. a 4. série";
- Atualização de 816 professores em "Metodologia da Inter-disciplinariedade em classes multisseriadas";
- Atualizar 80 professores de 5. a 8. séries de escolas polos em "Aspectos Políticos e Prática Pedagógica do Ensino";
- Realizar Encontro Pedagógico com 3040 professores de 1. a 4. séries do ensino de 1. grau;
- Realizar curso de formação de 996 professores de 1. a 4. séries do ensino de 1. grau;
- Atualizar 80 professores de 1. a 4. série das escolas polos, aspectos políticos e prática pedagógica do ensino.

Partindo do realizado em 1993 a SEDUC a nível de Capacitação de Recursos Humanos, propõe-se:

- Implementar o curso de formação intensiva para professores não habilitados que atuam como professores de 1. a 4. série, visando um melhor desempenho em sala de aula;
- Atualizar em Planejamento e Organização o corpo técnico no setor educacional;
- Atualizar Supervisores em controle, acompanhamento do processo ensino-aprendizagem escolar de 1. grau;
- Realizar encontro de coordenadores pedagógicos do Ensino Rural, que atuam na área de abrangência do PLANAFLORO, para avaliar o desenvolvimento do ensino;
- Realizar encontros de coordenadores dos Programa Integração Escola Comunidade visando discutir o fortalecimento da integração e implementação de Conselhos Escolares nos municípios de abrangência do PLANAFLORO;
- Realizar treinamento em serviço para técnicos do setor administrativo e financeiro nos municípios para tentar garantir uma uniformidade;
- Realizar treinamento em serviço e a longa distância para professores das escolas Pólos e Multisseriadas, visando suprir as dificuldades e as deficiências do professor leigo com relação a conteúdo e seus aspectos metodológicos;
- Oportunizar a participação de técnicos em eventos nacionais, visando a melhoria da qualidade do Serviço profissional;
- Possibilitar a participação de professores de 1. a 4. séries no curso sobre a oficina no uso de jogos no Ensino de matemática, ciência e Estudos Sociais, visando, assim demonstrar a diversificação de atividades utilizados em sala de aula pelo professor, que acarretará o maior incentivo a aprendizagem do educando;
- Realizar o curso sobre a oficina de ortografia, leitura e produção de texto no Ensino de 1. a 4. séries;

- realizar o curso de atualização em planejamento curricular para professores de 1. a 4. séries;
- Realizar curso sobre alfabetização sem cartilha para professores de 1. série;
- Realizar curso de prática na pré-escolar
- Realizar o curso de recreação para professores de 1. a 4. séries;
- Realizar o curso de Corte e Costura para alunos e mães, visando dar maior incentivo a produção de mão de obra na área rural;
- Realizar o curso sobre a inter-disciplinariedade no planejamento e oficina interdisciplinar com uso de jogos no ensino de 5. a 8. séries;
- Realizar curso para Diretores de escolas e Diretores de Departamento de Ensino sobre Gerenciamento Escolar visando ampliar o processo administrativo e pedagógico do ensino;
- Curso sobre o Ensino Interdisciplinar na Escola Cenecista, para professores que atuam no Ensino Fundamental;
- Realizar Curso de Artesanato Rural pra internas da Escola Cenecista, oportunizando o incentivo a capacidade pessoal;
- Realizar Encontro de PEAE e PIEC's para merendeiras e agentes escolares em nutrição.

1.2. ATIVIDADES EXECUTADAS NO ANO 1993

Segundo informações do relatório de monitoria de maio, junho e julho de 1993 organizado pela SEDUC, p.4, diz que o material didático-pedagógico como apostilas e outros documentos necessários à realização dos treinamentos não foram adquiridos, conforme constava na programação.

Ainda dentro deste projeto receberam material de consumo 160 professores que atuam na zona II da área de abrangência do PLANAFLORO, 80 professores de 1. a 4. série e 80 professores de 5. a 8. série das escolas pólos de 11 NUAR's distribuídos nos Municípios de Duro Preto do Oeste, Jaru, Ji-Paraná, Presidente Médici e Rio Crespo.

Em junho realizou-se em Porto Velho o Encontro Pedagógico, com a presença de supervisores cadastrados em seus respectivos municípios, a participaram dos serviços de supervisão a serem implantados pelo subcomponente Educação.

No mês de agosto este projeto realizou as seguintes ações:

- curso de atualização do professor de 1. a 4. série das escolas pólos, com a seguinte temática: "Aspectos Políticos e Prática Pedagógica no Ensino, na Cidade de Porto Velho".
- adquiriu diárias, passagens terrestres e pagamentos de horas-aula aos instrutores dos treinamentos.
- realizou encontro pedagógico nos 38 municípios da área de abrangência do PLANAFLORO.

Segundo dados apresentados no PQA/94 (p. 02), no ano de 1993 cerca de 996 professores foram atendidos através de cursos e treinamentos em 38 municípios da zona I e II do PLANAFLORO.

2. ANÁLISE DAS ATIVIDADES PROPOSTAS E REALIZADAS

2.1. CONCEITOS UTILIZADOS NO DIAGNÓSTICO DA PROBLEMÁTICA E ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

Para Treinamento de Professores, a SEDUC propõe o Encontro Pedagógico, que segundo o Relatório de Monitoria de Junho de 1993, em sua página 05 coloca:

"O encontro visa oportunizar a troca de experiências quanto a forma de ensino em cada escola, e dar orientações gerais quanto ao desenvolvimento do Ensino referente a conteúdos diversos, escrituração escolar e outras dúvidas que os professores apresentarem..."

Parece-nos que esta função, estes aspectos burocráticos são muito mais atribuição do Departamento de Inspeção Geral, já que esta é uma das prioridades deste departamento, do que da Capacitação de Recursos Humanos, já que está sob a responsabilidade do Departamento de Ensino.

A partir da proposta apresentada, a SEDUC oferece algumas possibilidades de atualização ao seu pessoal, mas não apresenta uma proposta sólida a médio e longo prazo, são ações portanto, movidas pelo imediatismo.

2.2. PROCESSO DE PLANEJAMENTO

Para a execução dos cursos, segundo a Secretária Municipal de Ji-Paraná, a SEDUC seleciona alguns temas que coloca a disposição para que o município escolha, direcionando desta forma a seleção prévia dos temas a serem trabalhados.

2.3. ACOMPANHAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DE POSSÍVEIS DIFICULDADES

Os documentos deste sub-componente não deixam claro a forma do acompanhamento de campo, ficando compreendido que o profissional que for executar o curso provavelmente é quem deverá apontar as dificuldades encontradas e como solucioná-las.

2.4. COMPATIBILIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, DIRETRIZES OPERACIONAIS E OBJETIVOS DO PLANAFLORO

Alguns cursos propostos pela SEDUC entendemos entrar em contradição com as propostas do PLANAFLORO, não que não tenham importância, mas as questões burocráticas poderiam ser resolvidas internamente, já que neste momento a prioridade seria a de capacitar pelo menos uma parte do alto número de professores leigos que o Estado apresenta.

Cursos de "Corte e Costura" como é proposto, tem um papel muito mais assistencialista, paternalista do que realmente ser uma alternativa de trabalho, considerando que

a mulher já tem um papel previamente elaborado na vida rural, e não haveria mercado de trabalho para a comercialização deste tipo de serviço.

Para haver um maior alinhamento entre SEDUC e PLANAFLORO, em termos de objetivos e propostas, seria importante que a SEDUC tivesse uma visão a médio e longo prazo (um planejamento) de seu trabalho de capacitação de pessoal e não somente enquanto houver o projeto PLANAFLORO.

2.5. CAPACIDADE INSTITUCIONAL DOS ÓRGÃOS EXECUTORES

A SEDUC coloca em alguns documentos que não tem técnicos suficientes para a realização da capacitação de recursos humanos, mas não nos possibilita uma visão com maior clareza e ampla.

2.6. ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

Podemos afirmar que a SEDUC centraliza os planejamentos e as coordenações das ações, a participação de outras instituições, quando ocorre, se dá pela participação na execução, não cabendo via de regra, a participação na sua elaboração. Por exemplo, os cursos de reciclagem constantes dos POA's foram propostos pela SEDUC, cabendo às SEMEC's garantir o público (professores).

3. CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Para a capacitação de Recursos Humanos, o POA/94 refere-se a curso de "Corte e Costura" (p. 7), como criador de possibilidades de trabalho. O meio rural não absorve tal trabalho, além deste tipo de oferta de capacitação de Recursos Humanos não estar em consonância com os objetivos e propostas do PLANAFLORO.

Os Treinamentos/Cursos como a SEDUC deseja denominar, mais uma vez reflete um trabalho fragmentado, os cursos não tem necessariamente continuidade, nem uma relação entre si, transformou-se num amontoado de cursos, sem prosseguimento e que nem sempre atendem a necessidade dos professores, tanto a nível de conteúdo, como a nível de relacionamento durante o curso, já que um curso com mais de 40 pessoas, tendo uma dinâmica de conferências e não de curso para reciclagem/ troca de experiências.

PARTE IV - CONCLUSÃO FINAL E RECOMENDAÇÕES

O PLANAFLORO vem junto à SEDUC priorizar o atendimento do homem do campo, e o ENSINO RURAL.

Portanto entendemos ser importante algumas considerações acerca da situação do agricultor no Estado de Rondônia.

O nível de pobreza no campo, tem aumentado sensivelmente, em função da organização de grandes latifúndios, a plantação tem ficado cada dia mais difícil em função do frequente endividamento junto aos bancos; da dificuldade para escoar a produção; da falta de assistência médica no campo, além do índice de malária, que vem aumentando ano a ano.

Geralmente após dois anos de plantio, parte-se então para a pecuária, substituindo a cultura branca (arroz, milho, feijão), pela pecuária, que necessita de pouco investimento, pouca mão de obra, a possibilidade de perda é pequena, além de significar um capital disponível a qualquer momento.

Diante do constatado, traçamos as seguintes sugestões:

1. Chama-nos a atenção o fato dos profissionais da educação que já tem vínculo empregatício com o Estado ou com o Município necessitar de um "incentivo" como um salário extra, que muitas vezes é igual ao dobro ou triplo de seu salário, para que possa haver incentivo e o trabalho ser então desenvolvido com interesse, o salário do PLANAFLORO surge como "incentivo", que tipo de incentivo é este?

Segundo a equipe que está trabalhando junto ao Projeto PLANAFLORO, a gratificação faz com que haja um "aumento na produtividade em torno de 100%", esta afirmação gratuita e desprovida de justificativa revela antes de mais nada a incapacidade do estado gerir uma política salarial compatível com o trabalho realizado.

2. Quando para o projeto de Visitas de Supervisão são atribuídas as responsabilidades pela manutenção de máquina de escrever, calculadora, ou até no projeto de Reconstrução e salas de aula, quando a equipe responsável pelo projeto pede ao PLANAFLORO que adeque seu local de trabalho (a Explanada das Secretárias), fica evidente que a SEDUC quer repassar para o PLANAFLORO uma responsabilidade que é sua. Isto evidencia a incapacidade institucional para executar os seus projetos em andamento. Recomenda-se à SEDUC elaborar um levantamento das suas carências, para que seus projetos não sejam comprometidos pela falta de infra-estrutura. Recomenda-se ao COMAI/PLANAFLORO atenção especial às atividades que busquem equipar o Estado, mascarando sua incapacidade administrativa.

3. A Equipe de Técnicos da ETPE/NUPLAN/SEDUC pleiteia um espaço físico maior. Quanto ao aspecto material, diz não dispor da instrumentalização necessária para a operacionalização de ações mais específicas do subcomponente em questão, como uma linha telefônica exclusiva para esta equipe, além de outros materiais de consumo e permanente.

4. No projeto de Supervisão Escolar é requisitada a participação de técnicos em encontros nacionais e internacionais, seja na América Latina ou não, teria a SEDUC condições de contribuir em alguma dessas participações e condições de assimilar, trocar informações e conhecimentos, já que nem dentro do próprio Estado temos sistematizações acerca do tipo de educação que se tem feito. Não falamos de sistematizações a nível quantitativo, mas qualitativo, que envolvam discussões teóricas, pois teoria e prática não avaliam-se, recriando-se dia a dia, no cotidiano da sala de aula, da escola, e não em visitas esporádicas a realidades também distantes?

Sugerimos que haja um trabalho de orientação semanalmente nas escolas, por profissionais capacitados, com especialização, mestrado ou doutorado, ao invés de supervisão e que o projeto de "Capacitação de Recursos Humanos" dê subsídios para que esta orientação possa ser bem desenvolvida.

5. Conselho Escolar. A SEDUC pede para que seja possível a ida de pessoas para outros Estados com o intuito de conhecer experiências de Conselho de Escola. A Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho, está desenvolvendo uma experiência muito interessante a este respeito e que poderia ser estudada e acompanhada pela SEDUC sem ônus, e com certeza uma experiência melhor adaptada a realidade de Rondônia.

6. Em Relatório de Monitoria fornecido pela SEDUC, há um trecho que começa a explicitar de que tipo de educação a SEDUC fala, que a educação forma (no sentido de determinar) o cidadão. É importante lembrar que esta concepção de educação de que o homem pode ser determinado pela educação e a ela cabe este papel mágico, faz parte do pensamento da década de 30.

Surpreende-nos o fato do Encontro Pedagógico servir para a troca de experiência, quanto a forma de ensino em cada escola e dar orientação quanto a escrituração escolar. Um papel burocrático e uma discussão pelas informações que o relatório de monitoria apresenta a senso comum. Que tipo de proposta pedagógica permeia o trabalho que o Estado está a realizar? Quais as concepções que seus corpo docente traz e o que isso significa enquanto formação de cidadãos? Estamos diante que uma questão muito interessante, qualidade de ensino significa diário de classe

escrito todo com a mesma cor, sem nenhum erro, ou a segurança e atuação de um professor em sala de aula?

7. A situação do corpo docente das escolas encontra-se em péssimas condições. Em Ji-Paraná, na escola "José Francisco" somente no dia 18.10.93 foi contratado um professor de Biologia.

Notamos também a grande evasão sofrida pelas escolas por parte de seu corpo docente, os baixos salários não tem conseguido manter os professores em sala de aula, tanto que no final de 1. semestre de 1993, a SEDUC bancou a vinda de um grupo de professores da Paraíba para trabalhar aqui no Estado.

No meio rural 72,4% dos professores são leigos, embora o Estado tenha um discurso onde aparentemente valoriza o professor e sua formação, discurso e prática distoam muito; a prova disso é o Plano de Cargos e Salários, que não garante ao professor que se habilita sequer uma diferença salarial atrativa, como podemos observar: Conforme tabela salarial para professores em docência - período de janeiro a junho de 1993

Valores de junho de 93

qualificação	salário
prof. leigo até 2. grau	13.038,003
prof. leigo com magistério	13.173,963
prof. leigo com licenc. curta	15.572,201
prof. leigo com licenc. plena	17.174,161

Como observamos a diferença entre uma habilitação e outra é tão pequena que ao invés de elevar sua qualificação profissional, o professor acaba optando por um segundo ou terceiro emprego que trará um resultado de imediato, muito vezes transformando sua opção pela educação em complemento de salário.

Também para estudar não é dado o direito de dispensa de sala de aula ao professor, ele não será lotado no período em que estuda, mas será lotado quarenta horas em sala de aula. Por exemplo, se um professor estuda no período da tarde, ele será lotado no turno da manhã e no turno da noite, completando assim sua carga horária de 40 horas semanais em sala de aula.

Sugerimos que a SEDUC possibilite ao professor que deseja qualificar-se em um curso de graduação ou pós graduação, a dispensa de metade de sua carga horária, oferecendo condições mínimas para que este possa adquirir e atualizar seus conhecimentos.

8. Para a habilitação do professor leigo em magistério, encontramos no Parecer 022 do Conselho Deliberativo e Parecer da Comissão de Normatização do Programas em sua p. 2 a seguinte informação:

"novo estilo de planejamento curricular, prática pedagógica em sala de aula...para habilitação do professor leigo através do Projeto "Logus II"

Este Projeto o "Logus II" já está ultrapassado e não demanda "um novo estilo", aliás a própria SEDUC trabalhou com o "Logus II" de 1981 até 1993 sem autorização legal, considerando que ele havia sido extinto pelo Governo Federal.

Para a habilitação de professores o Estado de Rondônia tem condições de atuar um maior maturidade em suas ações e não com ações inconsequentes como esta do funcionamento do "Logus II", em manter um professor em formação por 40 horas em sala de aula, para qualificar seu quadro docente.

O professor leigo que faz o "Logus II", estuda à distância, leva as apostilas, ou como é mais conhecido "módulos" para casa e estuda, quando tem alguma dúvida pode recorrer aos professores. Entendemos que esta é uma forma de habilitar rapidamente mais professores, mas em momento algum garantimos qualidade em termos de conteúdo e em termos de vivência, reflexão de sua prática.

Propomos sim, que o Estado tenha uma política salarial clara, firme e constante, tendo uma valorização do profissional da educação durante toda sua gestão, além de oferecer uma prática de formação que seja constante, próxima e conseqüente, formando posteriormente grupos de estudos por área de interesse.

Quanto aos professores leigos que estes possam frequentar uma escola de formação diária, pois o conhecimento, a informação e a formação que somente o cotidiano de uma educação diária oferece nenhuma proposta de educação à distância pode substituí-la.

9. Falar em formação do quadro docente, significa falar em boa biblioteca. Em nenhuma escola de Ji-Paraná, encontrou-se um bom dicionário de Língua portuguesa.

Propomos que as escolas tenham uma biblioteca básica, não livros didáticos, mas livros clássicos, que possam possibilitar tanto aos professores como aos alunos a adquirir o hábito pela leitura.

10. A concepção de Curso/Treinamento que a SEDUC utiliza, iniciando por colocar numa mesma categoria estas duas terminologias, já nos dá a garantia de que um órgão que não consegue pensar a formação de seus professores e a educação de seus alunos como um processo, realmente aproxima-se muito mais do behaviorismo do que do construtivismo.

11. Em Ji-Paraná um grande período do ano as escolas não tem água, seus poços ficam secos. Os professores fazem com que as crianças os ajudem a trazer água de longe, carregando, para que a escola possa funcionar com o mínimo necessário. Sugerimos que a SEDUC providencie para que os poços d'água sejam afundados mais, acabando assim com esta seca.

12. Duas questões que se colocam e que merecem uma maior reflexão: estar atento a desorganização que se fez para a implantação do PLANAFLORO e como garantir a manutenção das conquistas que se fizeram.

Quanto a continuidade do trabalho que está neste momento sendo mantido pelo PLANAFLORO, para que posteriormente possa este ter continuidade.

Sugerimos que seja solicitado para a SEDUC um planejamento para os próximos anos, na tentativa de garantir a continuidade das conquistas tidas neste momento.

Quanto a desorganização, um bom planejamento pode auxiliar, além de buscar um trabalho mais integrado, SEDUC, SEMEC's e ONG.

13. É importante verificar que basicamente a mesma problemática que originou o POLONORDESTE, foi a que originou PLANAFLORO, isto significa que desde 84 a SEDUC não conseguiu organizar um calendário escolar e uma proposta curricular que atendesse as peculiaridades do meio rural. Não conseguiu qualificar seus professores, não conseguiu aparelhar e atualizar suas escolas, nem manter um procedimento satisfatório de reforma dos prédios escolares.

14. Em visitas de monitoramento realizadas pela ETPE/NUPLAN/SEDUC, sempre que possível foi enfatizado a necessidade de um trabalho mais aproximado entre a SEDUC e as SEMEC's, evidenciando que sem tal harmonia, não há possibilidade de sucesso na realização de qualquer projeto.

Sugerimos que seja feito um estudo e planejamento entre SEDUC e SEMEC's para uma política de cooperação de longo prazo.

15. Principais dificuldades apontadas pelo Relatório de Monitoria julho, agosto, setembro de 1993. Recursos Humanos; espaço físico; falta de sincronia entre SEPLANAFLORO/SEDUC/PREFEITURAS/SEMEC's/ONG's; burocracia administrativa (liberação de recursos, diárias, passagens e materiais diversos).

Sugerimos que haja maior agilidade no repasse de verbas, e cumprimento dos prazos de todas as partes envolvidas, sem descuidar da qualidade do trabalho realizado.

16. Em entrevista a um dos elaboradores deste relatório em 23.10.93, os membros das Organizações Não-governamentais que deveriam estar acompanhando o trabalho do sub componente Educação disseram estarem envolvidos muito mais com a luta dos trabalhadores o que possibilita a SEDUC programar e executar a sua revelia para projetos. Ainda segundo os membros das ONG's somente quando a SEDUC é criticada ocorre o pedido de participação, embora braçal para estas entidades. Outra crítica é em relação ao trabalho desenvolvido pelas prefeituras, que dificultam o acesso das

ONG's para obter conhecimento dos trabalhos por elas realizadas, com raras exceções.

Sentimos também, que os membros das ONG's envolvidos com o sub componente educação, tem estabelecido uma relação de passividade. Em algumas situações, há uma preocupação muito maior com a própria subsistência da ONG, permanecendo em um segundo plano a atuação em projetos como o do PLANAFLORO, inclusive porque não garantirá recursos financeiros a própria ONG.

Em entrevista com membros da SEDUC envolvidos na elaboração e execução do PLANAFLORO, ouvimos críticas em relação as ONG's, como a de que nunca sentaram para conversar com a SEDUC, assim como nunca cumpriram os prazos combinados e previstos, os POA's de 94 são citados como exemplos pela SEDUC, no qual as ONG's não se manifestaram para participar da elaboração (que tem se dado desde o início deste ano), assim como não leram, nem estudaram para poder aprovar ou fazerem sugestões.

A SEDUC reforça a sensação e constatação da falta de interesse das ONG's, quando estas não quiseram ser relatoras dos projetos "...não internalizaram essa parte de responsabilidade...". A participação das ONG's como "muito fracas" da-se pelo fato de que raramente, segundo membros da SEDUC, as pessoas votam pelas entidades, mas segundo a sua perspectiva e o seu interesse, quando vem às reuniões reduzem sua participação em "é", "só". Também citam como exemplo o membro participante da CNP pela CUT. No início era uma pessoa que entendia de educação, hoje a pessoa que representa a CUT do Departamento Rural, mas não entende nada de educação, não tem noção, o que a "faz muito fraca".

Sugerimos que as Organizações Não Governamentais fiquem mais atentas e invistam mais em sua participação junto a SEDUC e SEMEC's, no que diz respeito ao PLANAFLORO, aproveitando todos os espaços possíveis neste momento.

17. Sugerimos também, que num próximo momento fique-se mais atento à grande quantidade de diárias solicitadas pela SEDUC.

18. Recomendamos que seja analisado com mais cuidado pelos consultores do COMAI, que ao final do próximo ano farão nova análise das atividades executadas, que tenham especial atenção ao projeto FENIX, pois a SEDUC o apresenta como material de qualificação para todos os professores do Estado, fugindo assim às características do PLANAFLORO.

PARTE V - Bibliografia consultada

ARRUDA, Marcos. Metodologia da praxis e formação dos trabalhadores. Rio de Janeiro, junho de 1.988. mimeo.

BANCO MUNDIAL. Relatório número 8073. Brasil, Fevereiro de 1.992.

CARVALHO, Horácio Martins. Desenvolvimento sustentável e padrões de sustentabilidade. Cuiabá, julho de 1.992. mimeo.

CNP - ÁREA SOCIAL. Parecer número 002/92. Rondônia. Maio de 1.992.

CNP - ÁREA SOCIAL. Parecer número 022/92. Rondônia. Maio de 1.992.

CNP - ÁREA SOCIAL. Sub-componente educação - programa de assistência de educação. Rondônia. Agosto de 1.993.

COORDENAÇÃO ESTADUAL DO POLONOROESTE DE RO. 23. relatório de monitoria. Porto Velho, 1.990, mimeo.

FÓRUM DAS ONG'S DE RONDÔNIA. AIDE MEMOIRE - Missão do Banco Mundial/MIR/PNUD. Rondônia, setembro de 1.993.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA/SEDUC. Cronograma de viagens das supervisoras do planafloresta aos NUAR's de Ji-Paraná. Ji-Paraná, setembro de 1.993.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NÚCLEO SETORIAL DE PLANEJAMENTO, EQUIPE TÉCNICA DE PROGRAMAS ESPECIAIS. Relatório de conclusão de projetos: contrato número 2353 - BR - POLONOROESTE/RO. Rondônia, 1.991. mimeo.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, SEDUC, NUPLAN, ETEPE. Boletim informativo PLANAFLORESTA. Rondônia, janeiro de 1.993.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, SEDUC, NUPLAN, ETEPE. Plano operativo anual - POA/93 - Projeto executivo: implantação do curso técnico florestal na Escola Agrotécnica de Ji-Paraná "Silvio Gonsalves de Farias". Rondônia, s/d.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, SEDUC, NUPLAN, ETEPE. Plano operativo anual - POA/93 - Projeto executivo: treinamento de professores. Rondônia, s/d.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, SEDUC, NUPLAN, ETEPE. Plano operativo anual - POA/93 - Projeto executivo: educação ambiental. Rondônia, s/d.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, SEDUC, NUPLAN, ETEPE. Plano operativo anual - POA/93 - Projeto executivo: melhoria de salas de aula. Rondônia, s/d.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, SEDUC, NUPLAN, ETEPE. Plano operativo anual - POA/93 - Projeto executivo Visitas de supervisão. Rondônia, s/d.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, SEDUC, NUPLAN, ETEPE. Plano operativo anual - POA/94 - Denominação: implantação do curso florestal na escola "Silvio Gonzalves de Farias" no município de Ji-Paraná - Rondônia. Rondônia, 1.993.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, SEDUC, NUPLAN, ETEPE. Plano operativo anual - POA/94 - Denominação: capacitação de recursos humanos. Rondônia, 1.993.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, SEDUC, NUPLAN, ETEPE. Plano operativo anual - POA/94 - Denominação: educação ambiental. Rondônia, 1.993.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, SEDUC, NUPLAN, ETEPE. Plano operativo anual - POA/94 - Denominação: melhoria do atendimento escolar. Rondônia, 1.993.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, SEDUC, NUPLAN, ETEPE. Plano operativo anual - POA/94 - Denominação: visitas de supervisão. Rondônia, 1.993.

INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS E AMBIENTAIS (IEA). Diagnóstico institucional preliminar de órgãos executores do plano agropecuário e florestal de Rondônia (PLANAFLORO). Rondônia, setembro de 1.993.

MAGALHÃES, JOEL MAURO. Reservas extrativistas. Porto Velho, Setembro de 1.993. mimeo.

MILLIKAN, Brent H. Relatório final - Diagnóstico de dez núcleos urbanos de apoio rural. Califórnia-EUA, fevereiro de 1.984.

MINISTÉRIO DO INTERIOR: POLONOROESTE/SUDECO. Terceiro relatório de monitoria. Brasília, 1.984. mimeo.

MINISTÉRIO DO INTERIOR: POLONOROESTE/SUDECO. Décimo oitavo relatório de monitoria. Brasília, 1.989. mimeo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ, SEMEC. Cronograma de visitas de supervisão - 06/07/93 a 16/07/93. Ji-Paraná, 1.993.

SEDUC. Diagnóstico institucional do setor educacional (primeiros resultados). Projeto FAO BRA/87/037. Porto Velho, Jun/jul de 1.989. mimeo.

EDUC, ETEPE. Relatório de monitoria - área social - julho/agosto/setembro. Rondônia, 1.993.

SEDUC, ETEPE. Relatório de monitoria - área social e ambiental: sub-componente educação - PLANAFLORE. Rondônia, 1.993.

SEDUC, ETEPE. Relatório de monitoria - área social - maio/junho/julho. Rondônia, 1.993.

SEDUC, NUPLAN, ETEPE. Relatório de avaliação do PLANAFLORE: 1.989 a junho de 1.993 - sub-componente educação. Rondônia, maio de 1.993.

SEDUC, NUPLAN, ETI. Sistema estatístico da educação. Rondônia, 1.993.

TEIXEIRA, Emerson e outros. Plano agropecuário e florestal de Rondônia - PLANAFLORE. Rondônia, s/d.

preliminar

33

RELATÓRIO PARA O COMAI - COMITÊ DE AVALIAÇÃO INDEPENDENTE DO PLANAFLORO - PLANO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DE RONDÔNIA, SOBRE O PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO CURSO TÉCNICO FLORESTAL NA ESCOLA AGROTÉCNICA "SILVIO GONSALVES DE FARIAS" NO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ - RONDÔNIA.

NILSON SANTOS
ELISABETE L. CHRISTOFOLETTI

Este relatório está subdividido em três itens:

Introdução:

1. Atividades planejadas e executadas:
 - 1.1 Objetivos do sub-componente;
 - 1.2 Atividades previstas nos PDAS de 1993 e 1994;
 - 1.3 Resumo das atividades executadas durante o ano de 1993;
2. Análise das atividades propostas e realizadas:
 - 2.1 Conceituação e consistência do sub-componente;
 - 2.2 Eficácia no acompanhamento e possíveis entraves;
 - 2.3 Capacidade institucional;
 - 2.4 Capacidade de articulação inter-institucional;
3. Conclusões e recomendações;
4. Bibliografia consultada.

Este relatório foi elaborado tendo como fonte de informações:

- os documentos fornecidos pelos órgãos executores e ONG's (vide bibliografia consultada);
- entrevistas obtidas junto à Secretaria de Estado da Educação de Rondônia, com os técnicos envolvidos;
- entrevistas junto à Secretaria Municipal de Ji-Paraná (município escolhido para a amostragem, em virtude de ter um grande número de escolas rurais, e por ser a sede da Escola Agro-Técnica do Estado); diretores; professores; supervisores e ONG's.

Quando da elaboração deste relatório, foi nos comunicado pelo técnico responsável da SEDUC, que o PDA de 1.994 seria reformulado à pedido da SEPLANAFLORO, reduzindo algumas ações propostas, resultando numa diminuição no seu custo final, segundo o Técnico Adnilson de Almeida Silva, tal mudança não atingiria a proposta original do projeto, razão pela qual resolvemos proceder esta análise.

Introdução

O objetivo da ação educativa não é neutro, nem meramente técnico. Dentro dela se encontram diversas concepções sobre o conhecimento humano, sobre o ser sujeito, sobre o agir e sua forma de articular-se com o pensar, sobre a concepção de homem, de mundo e de sociedade que subjazem o processo educativo.

Assim, faz-se necessário partirmos de um pressuposto, que se deixado ao largo de qualquer análise, acaba por revelar uma prática educacional que não se interpõe com nossa praxis reflexiva.

Este pressuposto nos coloca diante do aluno, do professor, da sociedade civil, não como elementos genéricos ou abstratos, mas diante de agentes concretos, dentro de uma perspectiva de tempo-espaco, ou seja, como parte ativa de uma cultura historicamente determinada. Desta forma não temos a sociedade civil, o educador, o educando, como tabuas raras, onde por uma ação não comunicativa, não habermasiana, mas positivista, impõe-se o "melhor" conhecimento.

Muitas vezes, sob o manto de uma "nova educação" de uma "melhoria de qualidade e produtividade", inviabilizamos a consolidação da razão autônoma, tornando dependente ou privativa a tomada de decisões. Descentralizamos, mas não democratizamos, garantimos a apropriação de todo conhecimento científico-histórico, porém não tornamos claro os instrumentos avaliativos que revelam seu caráter temporal, que apontem para sua recriação ou atualização. Temos uma cisão entre quem pensa e quem executa, o homo faber não coincide com o homo sapiens ou com o homo ludens. Como resultado desta ação educativa temos um elenco de homens funcionalmente atualizados, informados, produtivos, conformistas e passivos, o que justifica uma ação externa, que venha ditar rumos e ritos e ritmos.

Para superar o conhecimento dado, o pensar pensado, a organização organizada, é que se faz necessário garantir no processo educacional, o pensar sobre a própria prática, o pensar sobre outras práticas, problematizar ou contrapor o que se faz (enquanto praxis individual), e o que já foi realizado (praxis coletiva), tornando consciente a ação intencional e a ação inintencional. É neste locus de confluências de uma consciência individual e coletiva, aberta e auto-corretiva que o homem consegue compor, decompor e recompor a realidade não somente com os sentidos, ou com os determinantes das relações de produção, mas com uma sensibilidade que ultrapassa a constatação sensorial, que capta o mundo e sua estabilidade provisória, o seu movimento estável e a descontinuidade do que possa inspirar estabilidade.

1. Atividades planejadas e executadas

O PDA 93 elenca duas ações básicas para o ano de 93: 1) obras e instalações; 2) compra de equipamentos e material permanente. Porém, somente a primeira foi iniciada.

1.1 Objetivos do sub-componente

No PDA de 93 não há qualquer referência ao objetivo do programa. Somente no PDA de 94 surge a preocupação de destacá-lo. Consta genericamente como "Propiciar a formação de recursos humanos na área técnico-florestal, ao nível de segundo grau..."

1.2 Atividades previstas nos PDA's de 1.993 e 1.994

- obras e instalações;
- aquisição de equipamentos, material permanente e de consumo;
- contratação de serviço de terceiros;
- contratação de pessoal;
- providenciar pagamento de gratificações;
- garantir a participação de técnicos, professores e alunos em eventos nacionais.

1.3 Resumo das atividades executadas durante o ano de 1.993

Conforme constatado junto ao diretor da escola, no final do mês de novembro, o alojamento ainda não recebera o acabamento final, impossibilitando o seu uso até o final do primeiro ano letivo de funcionamento do curso de Técnico Florestal. A cerca de 10 km não estava concluída, faltando 2 km (a empreiteira já não se encontrava mais na escola, e até nossa estada em Ji-Paraná não havia se manifestado sobre a solicitação do diretor da escola pela sua conclusão), e o galpão não fore construído. Da relação de compra de equipamentos e material permanente, nada havia sido adquirido.

2. Análise das atividades propostas e realizadas

A análise das informações obtidas acerca das atividades planejadas e desenvolvidas, tiveram como referência os documentos disponíveis, e as entrevistas realizadas com os envolvidos com o projeto em Porto Velho e Ji-Paraná.

2.1 Conceituação e consistência do sub-componente

O modelo que vem inspirando a estruturação deste curso em Rondônia vem do Paraná, cuja tônica maior está voltada para a tentativa de reflorestar algumas áreas, já que este estado possui áreas muito pequenas de floresta nativa. No nosso caso, as preocupações estão voltadas para o entendimento, a conceituação, e os modelos de conservação, desenvolvimento auto-sustentado, alternativas econômicas, modelos de extrativismo, conservacionismo, dentre outros temas, o que demanda um arcabouço epistemológico muito diferenciado que não está nem mesmo delineado nos POA's de 93 e 94.

Somente no POA de 94 surgem expressões como "manejo florestal", "concepção harmônica entre homem e o meio ambiente", sem discorrer de forma satisfatória sobre o conceito inerente a estes e outras terminologias que podem perfeitamente se prestar a interpretações múltiplas.

2.2 Eficácia no acompanhamento e possíveis entraves

Com os recursos do PLANAFLORO, para o ano de 1.994, pretende-se contratar (conforme POA 94, item 1.1) um engenheiro florestal, seis professores e quatro técnicos para o serviço de apoio. Além de ser vedada a contratação de pessoal pelo PLANAFLORO, não há qualquer menção à contratação destes profissionais pelo Estado, quando for encerrado o financiamento.

Um problema de maior gravidade constatado junto à Escola Agrotécnica, é a falta de recursos para com a manutenção e alimentação dos alunos. Na verdade, este é um problema crônico, pois pelo do ano passado, quando da realização de um curso de reciclagem promovido pela SEDUC, o diretor teve que se ausentar por um período de trabalho, pois a alimentação da escola tinha se acabado, e a SEDUC não mandava os alimentos requisitados. Na época o diretor da escola afirmou que se a SEDUC não providenciasse o atendimento feito, o semestre seria interrompido, e os alunos enviados para a casa de seus familiares.

Em virtude do quase abandono por parte da SEDUC, a prefeitura de Ji-Paraná, tem assumido grande parte das responsabilidades de sua manutenção, e isto não se deve qualquer tipo de convênio entre estado e município, mas fundamentalmente às relações que o diretor da escola agrotécnica estabelece, e a "boa vontade da SEMEC".

A falta de sincronia entre todos os órgãos envolvidos, e o desconhecimento quase completo da realidade da escola (evidente no relatório elaborado pelo técnico responsável, que visitou a escola após um ano de implementação do curso), desembocou na elaboração dos POA's de 93 e 94, cujo conteúdo é por demais inadequado à realidade da escola. O diretor da escola desconhecia o que era um POA, ou outros documentos do PLANAFLORO, sua

participação se resumiu à elaboração do currículo do curso, que foi posteriormente remetido à Porto Velho.

Para o ano de 1.993, estava previsto a construção de um galpão de máquinas, porém a escola tem um construído recentemente, o diretor estava pedindo sua substituição por uma quadra poliesportiva coberta. A quase totalidade de equipamentos e materiais solicitados nos POA's 93 e 94, devem ser redimensionados e re-estudado o seu real uso; por exemplo: constava na versão preliminar do POA 94 a compra de 50 armas de fogo (como equipamento de defesa), que deve ser reduzido para 30, na segunda versão, ainda um número elevado, pois é exatamente esta a quantidade de alunos do curso Técnico Florestal; além do mais seria muito perigoso distribuir 30 armas de fogo entre um grupo de adolescentes que estivessem fazendo uma incursão pela mata. O diretor considerou muito questionável a compra de três lanchas voadeiras e três canoas, pois não há previsão de contratação de manobristas, já que os rios da região são muito perigosos, em virtude da grande quantidade de pedras, bancos de areia e madeira boiando.

Ao final do primeiro ano de funcionamento do novo curso, não se pode afirmar que houvessem mudanças significativas na estrutura da escola. Os novos alojamentos ainda não puderam ser ocupados, as salas de aula são suficientes, o refeitório é o mesmo. O que sugere que se houver uma reforma adequada nas instalações existentes e um processo de re-equipamento da escola, os dois cursos podem ter uma qualidade melhor. Foi justamente pelo desaparecimento da escola, e pela falta de manutenção, que os alunos do primeiro ano do curso Técnico Florestal tiveram que se ater a atividades não diretamente voltadas para o conteúdo do curso como: plantio de milho, manutenção de horta, da poeileira e dos galinheiros.

2.3 Capacidade institucional

Não fosse a intensa dedicação do diretor da escola, o profissionalismo dos professores e a maturidade e cooperação dos funcionários e alunos, a realidade da Escola Agrotécnica de Ji-Paraná seria muito pior.

O antigo centro de apicultura do estado situava-se no terreno da escola agrotécnica, onde durante alguns anos ocorreram alguns experimentos genéticos, além de ser uma referência para os agricultores de Rondônia que necessitavam de matrizes. Hoje, apesar do equipamento estar quase todo abandonado, a escola vem tentando recuperar a experiência inicial.

A poeileira construída recentemente e o galinheiro, tiveram como fonte de recursos a venda de alguns bovinos e suínos, além da contribuição voluntária dos alunos. Sua construção é muito precária, pouco adequada a estrutura de uma escola para técnicos de segundo grau.

Boa parte da alimentação da escola, é produzida por ela própria (muito embora no projeto original da escola este aspecto não fosse considerado, já que o seu terreno é pequeno, pedregoso e impróprio para agricultura. Um problema sério decorrente desta situação é a má qualidade da alimentação servida aos alunos, pois não obedece a um plano nutricional, mas sim à sazonalidade das culturas existentes na escola, e a disponibilidade de venda dos animais da escola para a compra de comida. Depois de recorrer à prefeitura, e de esgotar as doações das padarias da cidade, a direção da escola, pediu aos alunos que retirassem toda a macaxeira plantada na escola, para substituir a deficiência de pão no café da manhã; passados quinze dias, a macaxeira acabou e estava sendo oferecido desde a segunda quinzena de novembro somente café com leite.

A crise da escola só não foi maior em 93, porque a direção da escola ao invés de abrir 60 vagas para o curso de técnico agrícola (como de praxe) e 60 vagas para o novo curso, acabou por aceitar 30 inscritos para cada um dos cursos, isto não prejudicou a nenhum, pois a procura pelo curso antigo vem sofrendo uma redução, e o novo foi pouco divulgado.

A área original da escola, bem como suas instalações haviam sido projetadas inicialmente para serem um centro de treinamento de professores das escolas públicas do estado, posteriormente foi destinado para ser o hospital municipal, sendo no início da década de 80 destinado à escola agrotécnica.

Desde o início da década de 80, o governo do Estado desapropriou o terreno da hoje escola agrotécnica, porém não efetuou o pagamento. Os antigos proprietários desde então nunca abandonaram a terra, ocupando ainda 75% de sua área, assim a documentação de posse não foi regularizada. Dada a necessidade deste novo curso, e a situação irregular em que se encontra a escola seria fundamental que o governo estadual viesse a tomar medidas para finalizar este problema que arrasta por muitos anos.

Afim de apontar a incapacidade do estado em prestar uma assistência pedagógica, suprir a escola com alimentos, material permanente, material de consumo e manutenção das instalações existentes, segue abaixo uma relação de deficiências observadas pelo diretor da escola (entrevista), pelo técnico (relatório de visita realizada em novembro de 93), e pelos consultores do COMAI:

1. Os armários e camas existentes nos dormitórios estão em péssimas condições de uso, sendo uma boa parte deles construídos pelos próprios alunos;
2. Ausência de laboratórios;
3. Falta de material de proteção para a manipulação de agrotóxicos, colocando em risco a saúde dos alunos;
4. Carência de reforma nos alojamentos (em madeira) dos alunos;
5. Carência de equipamentos e implementos agrícolas;

6. Falta de professores qualificados. Até o mês de dezembro, apesar de ser do conhecimento da SEDUC que seria difícil encontrar professores para o novo curso, não havia qualquer previsão de contratação;
7. Falta de manutenção geral e reposição de equipamentos em toda a escola;
8. Falta de combustível;
9. A Escola não possui o documento definitivo de posse da escola, pois a 15 anos não indenizou os antigos donos da terra, que permanecem em uma área muito extensa (75% da área);
10. A sala do veterinário da escola não tem equipamentos, no período da visita do consultor COMAI, uma vaca havia cortado uma das tetas, e não pode ser feito nada; os leitões nascidos não foram marcados por falta de instrumentos;
11. Em dois anos a cooperativa da escola vendeu 30 animais para compra alimentos, sãs, lâmpadas e outros materiais de consumo.

2.4 Capacidade de articulação inter-institucional

Encerrado o primeiro ano letivo do curso Técnico Florestal, o envolvimento do IBAMA, EMATER, SEDAM ou SEAGRI, foi inexpressivo.

O diretor da escola afirmou-nos que além de alguns técnicos da SEDUC, os outros órgãos que visitaram a escola durante o ano de 1.993, desconheciam seu funcionamento. Esporadicamente SEAGRI, IBAMA e EMATER, contribuem com a escola, com a doação de alguns animais ou mudas de árvores ou outras plantas; não como parte de um planejamento da escola, ou como alguma forma de intercâmbio, mas devido a relação pessoal favorável existentes entre os técnicos, os professores e o diretor.

O órgão que mais contribui com a escola é a Secretaria Municipal de Agricultura de Ji-Paraná, e a prefeitura como um todo, frequentemente o diretor tem recorrido à SEMEC, obtendo ajuda, já que a SEDUC atende a escola de forma pouco satisfatória.

3. Conclusões e recomendações

Ao longo do texto acima, em vários momentos, podem ser identificadas contribuições e recomendações, além destas e levando-se em consideração a falta de pessoal qualificado, a deficiência de material, e a ausência de planejamento ou a inadequação do planejamento existente, a incapacidade de realizar um trabalho mais articulado com outras instituições e com a sociedade civil, propomos as seguintes sugestões:

1. A contratação imediata por parte do PNUD de um consultor para a área de educação ambiental e educação rural;

2. A suspensão imediata do curso Técnico Florestal (face a total inadequação ou ausência de instalações propícias ao seu funcionamento), bem como do atual curso existente, pois as precárias condições de seu funcionamento apontam para um péssimo resultado pedagógico, além do risco de saúde que correem os alunos (falta de alimentação adequada e de equipamentos adequados ao trabalho prático);

3. Maior abertura para a participação de outras instituições envolvidas com educação ambiental, com educação, e com o meio ambiente, além da concretização efetiva da parceria com IBAMA e SEDAM;

4. Abertura para a participação de fato das ONG's e de outras instâncias da sociedade civil, como OAB, SINTERO;

5. Contratação de uma nutricionista, ou solicitação junto a outros órgãos públicos de cedência esporádica, para realizar o controle de qualidade das refeições fornecidas pela escola, e elaboração de um cardápio adequado à clientela;

6. Extinção das gratificações pagas pelo PLANAFLORE para os funcionários dos órgãos executores, já que são contratados pelos mesmos, para executarem projetos desta natureza.

7. Redução das diárias (de 300 para 50, conforme consta no POA 94, item 1.2, p.2), pois o serviço de supervisão pode ser realizado pelos supervisores da SEDUC que residem no próprio município, a solicitação de 120 diárias para nível médio não se justifica, e considerando as precárias condições da escola e do curso, não deve ser prioritário custear viagens de alunos;

8. Maior agilidade quanto a liberação dos recursos, para que aconteçam dentro do período previsto, minimizando sua desvalorização;

9. Elaborar e executar dentro do POA de 94 uma proposta estruturada de gestão democrática para os dois cursos da Escola Agrotécnica de Ji-Paraná;

10. Estudo e reelaboração das ações propostas nos POA's, buscando responder questões básicas como: por que? para que? quando? como? para quem? com o que?, dentre outras;

11. Realizar a contratação ou a transferência de pessoal técnico para assessorar o projeto;

12. Iniciar rapidamente um programa de estudos para os técnicos da SEDUC, visando qualificá-los para o trabalho de planejamento, assessoramento e supervisão na área do projeto;

13. Estabelecer parceria estreita com a Universidade Federal de Rondônia, ou outro centro de ensino que conte com professores e pesquisadores qualificados para a área;

14. A SEDUC pretende protelar um problema dos mais graves, no ambiente da educação. No POA 94, está previsto o "pagamento de gratificações (incentivo ao magistério) aos professores que atuarão exclusivamente no curso" com

recursos do PLANAFLORO. A motivação para tal meta (p.6) se deve pequena procura de profissionais desta área por trabalhar na educação, já que a iniciativa privada oferece uma remuneração muito mais elevada. O problema porém fica adiado para o final do PLANAFLORO, quando o Estado, a exemplo do que vem fazendo hoje, reluta em pagar adicionais extras, o que parece procedente, já que não é o professor da escola agrícola que deve receber um salário digno, mas sim toda a categoria. Ao término do PLANAFLORO, a SEDUC provavelmente se deparará com uma situação muito embaraçosa: ou elimina a gratificação destes professores (correndo o risco de se deparar com uma evasão dos professores da escola agrotécnica, o que segundo o diretor, já vem ocorrendo), ou torna esta gratificação extensiva ao restante da categoria (atitude incerta).

15. Ao tomar conhecimento dos POA's 93 e 94, o diretor da escola agrotécnica questionou um grande número de itens e suas respectivas quantidades, relacionados para serem adquiridos. Alguns foram considerados desnecessários, outros em quantidade excessiva, e outros já existentes na escola, além de alguns faltantes. Desta forma, sugerimos que a SEDUC, junto com a escola envolvida elaborem conjuntamente um levantamento do patrimônio existente e sua condição de uso, para elaborar uma relação de equipamentos e materiais mais realista.

16. Pagamento da desapropriação da terra em que hoje se encontra a escola, para que o restante (75%) da área possa ser utilizada pela escola.

17. Identificação de uma área mais apropriada para o curso em questão, pois onde ele se encontra hoje, não há mais mata primária.

18. Sugerimos finalmente, que na próxima avaliação elaborada pelo COMAI, este dê uma atenção especial à análise do currículo do curso Técnico Florestal, visto que não foi possível até a finalização deste relatório tomar conhecimento da proposta curricular, já que o mesmo se encontrava no Conselho Estadual de Educação para apreciação, motivo de preocupação, pois antes de ser aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, o mesmo já completou um ano de funcionamento.

4. Bibliografia consultada

ARRUDA, Marcos. Metodologia da praxis e formação dos trabalhadores. Rio de Janeiro, junho de 1.988, mimeo.

BANCO MUNDIAL. Relatório número 8073. Brasil, Fevereiro de 1.992.

CARVALHO, Horácio Martins. Desenvolvimento sustentável e padrões de sustentabilidade. Cuiabá, julho de 1.993, mimeo.

CNP - ÁREA SOCIAL. Parecer número 002/92. Rondônia, Maio de 1.992.

CNP - ÁREA SOCIAL. Parecer número 022/92. Rondônia, Maio de 1.992.

CNP - ÁREA SOCIAL. Sub-componente educação - programa de assistência de educação. Rondônia, Agosto de 1.993.

COORDENAÇÃO ESTADUAL DO POLONOROESTE DE RO. 23. relatório de monitoria. Porto Velho, 1.990, mimeo.

FÓRUM DAS ONG's DE RONDÔNIA. AIDE MEMOIRE - Missão do Banco Mundial/MIR/PMUD. Rondônia, setembro de 1.993.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA/SEDUC. Programa de viagens das supervisoras de planejamento aos NUAP's de Ji-Paraná. Ji-Paraná, setembro de 1.993.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NÚCLEO SETORIAL DE PLANEJAMENTO, EQUIPE TÉCNICA DE PROGRAMAS ESPECIAIS. Relatório de conclusão de projetos contrato número 2353 - RR - POLONOROESTE/RO. Rondônia, 1.991, mimeo.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, SEDUC, NUPLAN, ETEPE. Relatório informativo PLANAFLORO. Rondônia, janeiro de 1.993.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, SEDUC, NUPLAN, ETEPE. Plano de assessoramento (monitoramento) das ações do PLANAFLORO - área ambiental/PLANAFLORO/SEDUC - (plano de viagem). Porto Velho, novembro de 1.993.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, SEDUC, NUPLAN, ETEPE. Plano operativo anual - POA/93 - Projeto executivo implantação do curso técnico florestal na Escola Agrotécnica de Ji-Paraná "Rilvio Gonçalves de Farias". Rondônia, s/d.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, SEDUC, NUPLAN, ETEPE. Plano operativo anual - POA/93 - Projeto executivo treinamento de professores. Rondônia, s/d.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, SEDUC, NUPLAN, ETEPE. Plano operativo anual - PQA/93 - Projeto executivo educação ambiental, Rondônia, s/d.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, SEDUC, NUPLAN, ETEPE. Plano operativo anual - PQA/93 - Projeto executivo melhoria de salas de aula, Rondônia, s/d.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, SEDUC, NUPLAN, ETEPE. Plano operativo anual - PQA/93 - Projeto executivo visitas de supervisão, Rondônia, s/d.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, SEDUC, NUPLAN, ETEPE. Plano operativo anual - PQA/94 - Denominação implantação do curso florestal na escola "Silvio Gonçalves de Farias" no município de Ji-Paraná - Rondônia, Rondônia, 1.993.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, SEDUC, NUPLAN, ETEPE. Plano operativo anual - PQA/94 - Denominação capacitação de recursos humanos, Rondônia, 1.993.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, SEDUC, NUPLAN, ETEPE. Plano operativo anual - PQA/94 - Denominação educação ambiental, Rondônia, 1.993.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, SEDUC, NUPLAN, ETEPE. Plano operativo anual - PQA/94 - Denominação melhoria do atendimento escolar, Rondônia, 1.993.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, SEDUC, NUPLAN, ETEPE. Plano operativo anual - PQA/94 - Denominação visitas de supervisão, Rondônia, 1.993.

INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS E AMBIENTAIS (IEA). Diagnóstico institucional preliminar de áreas executoras do plano agropecuário e florestal de Rondônia (PLANAEFORO). Rondônia, setembro de 1.993.

MAGALHÃES, JOEL MAURO. Reservas extrativistas. Porto Velho, Setembro de 1.993. mimeo.

MILLIKAN, Brent H. Relatório final - Diagnóstico de dez núcleos urbanos de apoio rural. Califórnia-EUA, fevereiro de 1.994.

MINISTÉRIO DO INTERIOR: POLONOROESTE/SUDECO. Terceiro relatório de monitoria. Brasília, 1.984. mimeo.

MINISTÉRIO DO INTERIOR: POLONOROESTE/SUDECO. Décimo oitavo relatório de monitoria. Brasília, 1.989. mimeo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ, SEMEC. Cronograma de visitas de supervisão - 04/07/93 a 16/07/93, Ji-Paraná, 1.993.

SEDUC. Diagnóstico institucional do setor educacional (primeiros resultados). Projeto FAO RRA/87/987. Porto Velho, Jun/Jul de 1.989. mimeo.

SEDUC, ETEPE. Relatório de monitoria - área social - julho/agosto/setembro. Rondônia, 1.993.

SEDUC, ETEPE. Relatório de monitoria - área social e ambiental sub-componente educação - PLANAFLORO. Rondônia, 1.993.

SEDUC, ETEPE. Relatório de monitoria - área social - maio/junho/julho. Rondônia, 1.993.

SEDUC, NUPLAN, ETEPE. Relatório de avaliação do PLANAFLORO: 1.989 a junho de 1.993 - sub-componente educação. Rondônia, maio de 1.993.

SEDUC, NUPLAN, ETI. Sistema estatístico da educação. Rondônia, 1.993.

TEIXEIRA, Emerson e outros. Plano agropecuário e florestal de Rondônia - PLANAFLORO. Rondônia, s/d.

[preliminar]

CEDI - P. I B
DATA
COD. 4.110.00213

vol. 3

45

RELATÓRIO PARA O COMAT - COMITÊ DE AVALIAÇÃO INTER-DEPENDENTE DO PLANAFLORE - PLANO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DE RONDÔNIA, SOBRE O PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE CURSOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, NAS ESCOLAS URBANAS E RURAIS DE RONDÔNIA - ZONAS I E II.

NEIRON SANTOS
ELISABETE M. CURTISPOLETTI

Este relatório está subdividido em três itens:

Introdução:

- 1. Atividades planejadas e executadas;
 - 1.1 Objetivos do sub-componente;
 - 1.2 Atividades previstas nos POAS de 1993 e 1994;
 - 1.3 Resumo das atividades executadas durante o ano de 1993;
- 2. Análise das atividades propostas e realizadas;
 - 2.1 Conceitualização e consistência do sub-componente;
 - 2.2 Eficácia no acompanhamento e possíveis entraves;
 - 2.3 Capacidade institucional;
 - 2.4 Capacidade de articulação inter-institucional;
- 3. Conclusões e recomendações;
- 4. Bibliografia consultada.

Este relatório foi elaborado tendo como fonte de informações:

- os documentos fornecidos pelos órgãos executores e ONG's (vide bibliografia consultada);
- entrevistas obtidas junto à Secretaria de Estado de Educação de Rondônia, com os técnicos envolvidos;
- entrevistas junto à Secretaria Municipal de J)-Paraná (município escolhido para a amostragem, em virtude de ter um grande número de escolas rurais, e por ser a sede da Escola Agro-Técnica do Estado); diretores; professores; supervisores e ONG's.

Quando da elaboração deste relatório, foi-me comunicado pelo técnico responsável da SEDUC, que o POA de 1994 seria reformulado à pedido da SEPLANAFLORE, reduzindo algumas ações propostas, resultando numa diminuição no seu custo final, segundo o Técnico Adilson de Almeida Silva, tal mudança não atingiria a proposta original do projeto, razão pela qual resolvemos proceder esta análise.

Introdução

A economia contemporânea de Rondônia, é produto dos movimentos de expansão da economia internacional sobre a formação econômica e social brasileira; essa economia se planejou sob o paradigma "Integrar para não entregar", consolidando para a fronteira, um modelo de relação para o binômio: ocupação e desenvolvimento, que determina o comportamento dominante, reafirmando os ideais predatórios, seja dos recursos naturais disponíveis - relação homem-natureza, seja das forças específicas das relações sociais decorrentes - relação homem-homem. Este modelo acabou por determinar e depreciar a economia local, debilitando o capital ex poder do Estado, da iniciativa privada e o capital natural, determinou a degradação da qualidade de vida das pessoas, seja no meio urbano, seja no meio rural. A euforia dos dias de "El Dorado" associada à idéia de uma "Região do futuro", desembocou numa desenfreada e desorganizada ocupação de todo o Estado, onde o meio rural vem, hoje, sofrendo um forte êxodo, dada a incapacidade do Estado em planejar e efetivar o seu desenvolvimento. O ambiente das cidades por sua vez, não garante condições dignas de sobrevivência para sua população, com um aparelho urbano desorganizado e muito debilitado. A capital do Estado, que recebe a maior fatia de recursos do Estado, sobre a falta de água em todos os meses do ano, o saneamento básico pode ser considerado um privilégio, pois mesmo na área central encontramos esgoto correndo a céu aberto.

O sistema educacional do estado, não foge desta regra, padece da carência de profissionais qualificados, de planejamento, de uma política de qualificação para seu quadro, de um plano de cargos, de um perfil educacional que norteie as ações e reflexões no âmbito das prioridades. Enquanto os professores leigos não tem uma alternativa para sua qualificação (considerado no âmbito do discurso oficial como principal problema a ser enfrentado), desde o ano de 1.991, quando se extinguiu o projeto Lagos, a Secretaria de Educação está anunciando a criação de uma universidade estadual, cogita-se a abertura de aproximadamente dez cursos de nível superior, se sua maioria coincidentes com os cursos já oferecidos pela Universidade Federal e atendidos de maneira satisfatória.

Não bastasse isto, sua burocracia, que não é pequena, segundo seus próprios funcionários, é morosa, desapercebida e desinformada. Não há dados precisos sobre a quantidade de professores fora de sala de aula ou cedidos para outros órgãos, não se tem claro qual é a demanda reprimida do Estado; quando apresenta suas realizações, o governo diz que não existe mais crianças fora da escola por falta de vagas, quando se trata de justificar a construção de novas escolas, apóia-se no argumento de que existem muitas crianças fora de sala de aula.

Esta instabilidade produz um clima político de insegurança nas elites regionais, e de incertezas para a sociedade civil, abre um plano delicado de necessidades, principalmente apoiadas no "ovo", pois a maioria das soluções propostas rapidamente se esgotam. O discurso oficial fica constantemente "à cata" de algo mirabolante que consiga resolver seus crônicos problemas.

O receio passa a ser grande, e o resultado é a manutenção de velhas práticas econômicas que garantem acumulação de renda e de poder político.

1. Atividades planejadas e executadas dentro do sub-conhecimento Educação Ambiental

Apesar de não ser recomendável, os Projetos Executivos (contendo as linhas gerais das atividades a serem executadas, bem como a constituição das linhas mestras norteadoras a serem perseguidas ao longo da execução do projeto de implantação do curso de Educação Ambiental nas escolas rurais de Rondônia, zonas I e II), são constituídos no momento posterior à elaboração dos POAS - Planos Operativos Anuais; dificultando uma análise mais profunda do projeto, bem como compromete um rastreamento teórico e uma análise histórica de sua consolidação, já que esta acaba por se circunscrever aos elementos constantes em relatórios de atividades executadas, em entrevistas com os técnicos e Organizações Não Governamentais, e nos POA's (cujo objetivo é eminentemente prático).

1.1 Objetivos do sub-conhecimento

Segundo os POA's de 93 e 94 (versão preliminar), o projeto de Educação Ambiental deveria: Desenvolver de forma interdisciplinar um processo de difusão de conceitos, problemas e alternativas, a partir de uma articulação entre SEDUC-SEDAM (Secretaria Estadual de Educação e Secretaria Estadual de Meio Ambiente), contribuindo para a transformação de valores e ações.

1.2 Atividades previstas nos POA's de 1993 e 1994

- aquisição e manutenção de veículos para o trabalho de supervisão;
- aquisição de material permanente e de consumo;
- providenciar pagamento de gratificações;
- realizar assessoreamento pedagógico;
- aquisição de periódicos e impressos educativos;
- garantir a participação de técnicos em eventos nacionais.

1.3 Resumo das atividades executadas durante o ano de 1.993

Os recursos provenientes do PLANAFLORO para o projeto de Educação Ambiental, cuja liberação estava prevista para o mês de janeiro de 1.993, acabou por acontecer somente no segundo semestre, porém das atividades programadas para os seis primeiros meses (conforme POA 93), que poderiam ser perfeitamente executadas no semestre subsequente, somente uma delas acabou por se concretizar (de forma parcial).

Até o mês de novembro, dos 18 cursos previstos, alguns não foram concretizados.

Quas outras atividades estavam previstas para acontecer concomitantemente aos cursos, e que deveriam não poderiam acontecer em momentos distintos, já que se tratava de uma ação continuada com três momentos: cursos - assessoramento - confecção de material.

2. Análise das atividades propostas e realizadas

A análise das informações obtidas acerca das atividades desenvolvidas e das planejadas, tiveram como referência os documentos disponíveis e as entrevistas realizadas com os supervisores municipais (Ji-Paraná), com a representação da SEDUC (Ji-Paraná), e com o responsável pelo projeto em Porto Velho.

2.1 Conceituação e consistência do sub-conhecimento

Os Planos Operativos Anuais, não detalham conceituações essenciais, nem se permitem uma discussão acerca do modelo e da compreensão que tem de desenvolvimento auto-sustentável, já que esta expressão é muito abrangente, comportando macro conceitos e particularismos. Estes documentos não deixam claro (além de não serem propostos e apresentados), a sua compreensão acerca de alguns problemas fundamentais como:

- as alternativas econômicas para o Estado;
- as alternativas de desenvolvimento para o Estado;
- o crescimento da população em situação de miséria;
- a concentração de renda e de riqueza;
- a produção de alimentos;
- a deterioração de parcelas de biófera, e seus agentes causadores;
- a deterioração de parcelas da Mata Amazônica: levantamentos, projeções, principais atores envolvidos e formas de atuação;
- a capacidade de intervenção das instituições, e as formas de cooperação;
- a perda da memória cultural;
- a relação crescimento econômico/conservação, e os modelos alternativos;
- o espaço urbanizado ou humanizado;

- e compreensão que se faz de sustentabilidade, a quem ela se destina, onde deve acontecer, por quê deve acontecer.

A ausência deste tipo de preocupações e esclarecimentos, leva-nos a concluir primeiramente, que este sub-componente tem "vida própria", independente dos outros órgãos executores de projetos do PLANAFLORO, que muito embora mantendo um discurso que envolve o PLANAFLORO como um todo, não consegue ter a real dimensão do seu significado, do nível de contribuição que pode dar, e do impacto de suas ações. Outro problema sério, vincula-se a identificação de sua própria essência, ou seja, em nenhum momento encontra-se qualquer menção ao conteúdo de suas próprias ações (são citados cursos, sem se fazer qualquer alusão ao seus conceitos básicos, procedimentos pedagógicos e objetivos), não há qualquer referência satisfatória sobre os resultados esperados, nem uma análise do impacto de um programa desta natureza.

A SEDUC como órgão executor desta sub-componente, parece não ter claro o que significa o trabalho de supervisão, nem como ele se dá. A ação intitulada "implantação de telepostos educação ambiental à distância". Além de não deixar claro o que se pretende com ela, sugere uma superposição desnecessária de tarefas de supervisão, e uma justificativa descabida de acompanhamento "mais próximo da realidade de cada localidade". A solicitação original de 200 diárias para a supervisão de supervisoras, implica na presença quase concomitante do supervisor local e do supervisor do DEN/SEDUC - Porto Velho, o que aponta para uma incompreensão do que seja acompanhamento e do que signifique uma ação próxima da realidade. Se houver um trabalho avaliativo, onde aconteça um feed back, esta presença dos técnicos da SEDUC não precisa se dar com tal intensidade. Além do mais, segundo a própria SEDUC, não há pessoal qualificado em número suficiente para este tipo ação, pois as outras tarefas deste sub-componente, também demandam tais técnicos.

O POA de 94 ainda se apóia em algumas considerações tipicamente de senso comum, ao afirmar que o desmatamento da Amazônia comprometeria o ecossistema do globo, "proporcionando, desta forma, o alarmante crescimento da poluição atmosférica e, conseqüentemente, aumentando o chamado efeito estufa" (POA 94 p. 1); insiste, portanto, numa concepção de que a Amazônia é o "pulmão do mundo"; apesar de conhecermos os efeitos maléficos do desmatamento e da ocupação desenfreada da região, não podemos super dimensionar seus efeitos.

Parece ser necessário rever a compreensão do que se entende por "pagamento de gratificações" e do papel que este desempenha no PLANAFLORO. A justificativa para que seja efetuado tal pagamento é justificada no POA 94 como "... para a maior produtividade e a melhoria do desempenho profissional" (POA 94 - objetivos p.7), muito embora seja reconhecido que o Estado remunerar de forma pouco satisfatória seus técnicos, a justificativa acima inspira

primeiramente que os técnicos somente conseguem aumentar sua "produtividade" e "desempenho profissional" com gratificações. Os técnicos da SEDUC responsáveis pela execução de tais projetos já são remunerados e alguns recebem gratificações por exercerem atividades de chefia (ou similar). Esta remuneração parece ter a conotação de complemento salarial, pois é solicitado o pagamento de décimo terceiro salário (POA 94 p.23). Outro elemento que deveria ser analisado com maior isenção e maior atenção, é o valor solicitado para estas gratificações; conforme POA 94, no sub-ítem "memória de cálculo por metas municipais", p. 11, os valores são: chefe de área (US 350,00), assistente técnico (US 300,00), Assistente técnico II (US 270,00), e Assistente técnico III (US 200,00). Estes não correspondem nem mesmo ao salário pago pela SEDUC, chegando a ser três vezes maior que o salário recebido pelo órgão executor. Vale salientar novamente que a maioria dos envolvidos no PLANAFLORO, tem como obrigação funcional a elaboração e execução de projetos como este, não sendo de praxe (por parte da SEDUC) o pagamento de adicionais ou gratificações por projeto executado.

2.2 Eficácia no acompanhamento e possíveis entraves

A SEDUC vem realizando desde 1.991 cursos da área ambiental de forma esporádica, porém, os mesmos não fazem parte de uma ação planejada, que se ordene e articule. Apesar de passados três anos, não houve nenhum acompanhamento ou estudo sobre os resultados obtidos, sobre os conteúdos ministrados, isto desemboca num tateamento por parte dos técnicos já que a própria SEDUC não tem clareza como desenvolver a proposta de educação ambiental (não há qualquer documento oficial acerca dos objetivos, procedimentos e expectativas, e do caráter da educação ambiental em Rondônia). Desta forma as ações acabam por se submeter à criatividade e à competência individual dos técnicos designados para tal.

O resultado até o presente momento não poderia ser pior, apesar dos esforços dirigidos, estes caem no vazio, já que até agora não há material didático produzido, nem foi colocado à disposição dos supervisores e professores treinados, subsídios para que pudessem ser produzidos na própria localidade. Conforme uma supervisora municipal de Ji-Paraná, os professores e supervisoras acabam por buscar referências em qualquer fonte; resumindo por vezes, a educação ambiental à "ações de saúde", ou seja as ações desencadeadas até o presente momento, tem passado muito mais pela compreensão de senso comum de cada professor acerca de

conceitos fundamentais (como conservação, manejo, uso racional, meio ambiente).

Dentre outros motivos, isto se deve, conforme encontrados no PDA 94 (p.2) as: "Escassez de material didático, equipamentos e bibliográficos para apoiar no desenvolvimento do ensino da temática ambiental; carência de especialistas na área de educação ambiental; falta de acompanhamento do desenvolvimento da educação ambiental, através de uma supervisão sistematizada."

Desta forma este sub-componente deveria se orientar em três ações básicas:

- 1 - cursos de formação para professores, supervisores e técnicos;
- 2 - contratação de técnicos ou o remanejamento de outros setores/órgãos;
- 3 - elaboração de diretrizes para a produção de material didático.

A primeira está prevista nos PCAS de 93 e 94, visto embora não conste um projeto consistente, que leve em consideração caráter, objetivos, resultados esperados, canais de participação da sociedade civil e das ONG's, capacidade e formas de articulação inter-institucional, conteúdos, conceituação e avaliação. Sem estes elementos mínimos, este sub-componente corre o risco de repetir os erros do passado: qualificar 650 professores (PDA 94 p.1) e não conseguir resultados condizentes com o volume de esforço.

Se não se prever a segunda ação, este sub-componente corre o risco de incorrer no mesmo erro que as ações anteriores voltadas para a educação ambiental: resultados inexpressivos. A ausência de acompanhamento técnico, da realização de cursos de formação, de projetos que garantam sua continuidade (principalmente após o término do financiamento do PLANAFLORO), da falta de material didático, tem como um dos responsáveis diretos a falta de uma equipe de técnicos qualificados.

A terceira ação deve ser redirecionada, já que a proposta didático-pedagógica oficial para as escolas públicas do Estado de Rondônia se pauta pelo "construtivismo". Este não é compatível com a adoção de apostilas, cartilhas ou livros. Uma vez que o PDA 93 e 94 não conseguem ser claros neste aspecto, é aconselhável não se perder de perspectiva que seria fundamental que se tornasse acessível aos professores e supervisores uma aproximação entre o construtivismo e educação ambiental o que parece não ter ocorrido até agora, já que uma pequena minoria dos 650 professores já treinados, vem conseguindo algum resultado.

A exemplo do que vem ocorrendo desde o segundo semestre de 93, na execução dos projetos de Educação Rural, a SEDUC está solicitando o pagamento de diárias para os supervisores da SEDUC, e das SEMEC's que se encontram nos municípios abrangidos pelo PLANAFLORO, este procedimento vem ocorrendo somente com este projeto financiado pelo Banco

Mundial, pois os supervisores quando vão para a zona rural, saem em veículo da instituição (SEDUC ou SEMEC), não ultrapassam os limites do seu município, e retornam no mesmo dia. Em entrevistas realizadas no interior, os técnicos envolvidos afirmaram que enquanto os supervisores indicados para trabalharem pelo PLANAFLORE ganham diárias para o serviço de supervisão, o restante, como de praxe, não recebe, perguntado se após o término do PLANAFLORE o governo estadual ou as prefeituras continuariam a pagar estas diárias, foi-nos dito que não. A SEDUC vem se utilizando deste subterfúgio, pois poucos são os professores que querem se dedicar ao trabalho de supervisão, já que os que fazem esta opção perdem uma gratificação por estar em sala de aula, assim, o pagamento das diárias surge portanto como fator compensatório. Fica claro que este tipo de procedimento é atípico aos órgãos executores, merecendo uma avaliação imediata, até mesmo porque o montante de recursos destinados é elevado.

É proposta da SEDUC, estabelecer para os próximos anos uma supervisão escolar na área ambiental, para trabalhar realizar um trabalho mais próximo do professor, propõe ainda a figura do supervisor do supervisor, ou seja, além do supervisor dos municípios, haveria a figura do supervisor da capital (SEDUC - Porto Velho), que constantemente se dirija ao interior para fiscalizar o trabalho do supervisor local. Esta proposta feita pelo responsável pelo projeto de Educação Ambiental aponta para uma total incompreensão acerca do significado do trabalho de supervisão escolar, além de evidenciar o desconhecimento da dinâmica da relação entre a SEDUC e as SEMEC's. Tanto os supervisores municipais, quanto os estaduais reconhecem que não existe a menor garantia que seja encontrado em qualquer município do Estado de Rondônia uma relação de cooperação entre os supervisores; na prática a SEDUC se preocupa com as escolas sob sua responsabilidade, e o município age da mesma forma. A cooperação ocorre invariavelmente quando o prefeito é do bloco governista, ou quando a relação pessoal dos supervisores e do secretário da educação é favorável; caso contrário a relação tende a ser terna.

Um breve contato com os ministrantes dos primeiros cursos que ocorreram no interior, levou-nos a refletir a necessidade de tantos acompanhantes juntamente com quem vai ministrar os cursos. Esta previsto no POA 94, e já vem sendo executado de forma similar em 93, que juntamente com o ministrante, se deslocaria (recebendo diárias portanto) um coordenador geral, um coordenador pedagógico e um assistente técnico, a explicação obtida além de confusa, não se justifica, pois, nos cursos que a SEDUC realiza com recursos próprios, ela paga somente o ministrante, além disto, um desses coordenadores deve realizar a avaliação do ministrante, porém nenhum dos técnicos envolvidos teve, até o final de 1.993, qualquer envolvimento com a temática ambiental, ou era detentor de título de especialização ou mestrado, além de ter uma experiência de sala de aula

bastante restrita, um ministrante que solicitou não ser identificado, disse que o papel deste grupo de acompanhamento era grampear texto e carregar papéis. Já visto que somente agora (final do ano) os técnicos estão organizando grupos de estudos sobre educação ambiental.

2.3 Capacidade institucional

Conforme consta no "Relatório de monitoria/93, área social e ambiental - sub-componente educação PLANAFLORO", de junho de 1.993, elaborado pela SEDUC/NUPLAN/ETPE, A SEDUC, como órgão executor elaborou uma lista de problemas que apontam para a incapacidade institucional para executar os projetos que se propõe no PLANAFLORO:

"a) não cumprimento do cronograma de execução previsto nos Planos Operativos Anuais, face ao atraso de recebimento de recursos;

b) não existência de um programa informatizado, exclusivamente de armazenamento de banco de dados importantes, no acompanhamento e avaliação das escolas de abrangência do PLANAFLORO;

c) carência de recursos humanos (especialistas nas áreas educacional e ambiental no serviço de acompanhamento e execução das ações, principalmente nos municípios;

d) falta de veículos exclusivamente para o serviço de acompanhamento, supervisão e avaliação das ações e atividades do projeto..."

A carência por parte do Estado é muito grande, este mesmo documento cita a falta de documentos e informações, a burocratização excessiva, a dificuldade de comunicação com os municípios envolvidos, além do atraso no andamento dos processos na SEPLANAFLORO (foi constatado no município de Jí-Paraná a situação de professores que não recebem suas diárias desde abril deste ano). Os técnicos da SEDUC, insistiram em diversas situações em que foram abordados na ausência de uma assessoria (que deveria ser prestada pelo SEPLANAFLORO ou pelo PNUD).

A troca de coordenação do sub-componente de educação ambiental, não foi realizada de forma satisfatória, já que o novo coordenador teve dificuldades em responder algumas questões básicas acerca do projeto.

Em novembro de 1.993, o projeto contava com a participação de um único técnico (que respondia também pelo projeto de implantação do curso Técnico Florestal), evidenciando a falta de pessoal qualificado, e a incapacidade do órgão executor em responsabilizar-se por projetos desta envoltura.

Considerando a incapacidade do Estado gerir a contento o projeto de Educação Ambiental, visto que somente uma pessoa coordena este, e o projeto de Implantação do Curso Técnico Florestal, e considerando que o objetivo geral é bastante claro ao restringir as ações deste POA às escolas públicas rurais e urbanas. Parece-nos completamente

descabida a proposta de "Realização de serviços com veiculação de propaganda sobre temas ambientais": 1) porque, não há qualquer referência acerca do conteúdo, dos objetivos e de sua articulação com toda a proposta de educação ambiental. 2) pois, a proposta significa uma média de três inserções diárias nos meios de comunicação de Rondônia, acarretando um custo elevado, sem fazer qualquer referência a possíveis resultados favoráveis.

2.4 Capacidade de articulação inter-institucional

Seus aspectos evidentes a relação entre a SEDUC - SEMEC's - IBAMA e SEDAM não vem sendo nada satisfatória. Historicamente a SEDUC e as SEMEC's trabalham dentro dos mesmos parâmetros (normas editadas pelo MEC ou pela SEDUC), porém em ambientes e situações bem definidas, a cooperação é algo voluntário, decorrente muitas vezes da relação pessoal existente entre os agentes envolvidos. Porém a relação SEDUC - IBAMA - SEDAM, parece nada sincronizada. Nas entrevistas realizadas junto todos os técnicos da SEDUC e SEMEC's, não foi feita uma única menção às duas anteriores, a impressão que se tem é de total independência e autonomia de ação.

Outro problema envolve outros órgãos do governo que, embora não envolvidos diretamente com esta problemática retrata os dados aparentemente uma desarticulação maior. Muito embora o governo do estado acene de forma positiva para a preocupação que envolve a Região Anaxônica, acerca da necessidade de se pensar uma proposta de desenvolvimento auto-sustentável para a região, com algumas ações como projeto de Educação Ambiental para as escolas de primeiro e segundo graus, esta não parece ser uma ação articulada com o resto das políticas ambiental do estado.

Em matéria veiculada nos jornais do estado, em 02.11.93, além das TV's e rádios, o presidente do ITERON - Instituto de Terras e Colonização de Rondônia, afirmou que a Reserva em Bloco do Urupá, poderá se transformar em área agropecuária, pois a não existência de madeiras nobres, já que os madeireiros retiraram tudo, justifica a destruição total da área.

O presidente do ITERON afirmou ainda que "... o Banco Mundial já emitio parecer sobre a descaracterização da Reserva, que hoje não mais possui madeira para exploração racional". Na nota elaborada pelo Fórum das ONG's de RO, este desconhece qualquer parecer do Banco Mundial. Outra conclusão preocupante que decorre-se da frase acima, nos leva a afirmar que o conceito de "exploração racional" é sinônimo de retirada por parte dos madeireiros da madeira nobre, já que foi isto que ocorreu. Parece-nos, portanto, haver uma falta de sintonia entre a proposta do PLANAFLORO, as ações do governo estadual e seus compromissos ou ações, pois enquanto alguns órgãos propõe a educação ambiental como uma nova forma de relação homem-natureza, outros mantêm e estimulam velhas práticas que tendem a manter os níveis de destruição do meio-ambiente.

Não bastassem os problemas de ordem técnico conceitual e jurídico revelado pelo presidente do ITERON, o mesmo ainda afirmou que "o governador Osvaldo Piana é um dos maiores interessados em resolver o problema da falta de regularização dos lotes da Reserva", ou seja, todas as irregularidades ocorridas não mereceram qualquer atitude do governo estadual. Segundo o Fórum das ONG's a declaração do presidente do ITERON, poderá acarretar um estímulo às investições de unidades de conservação contempladas no zoneamento e no PLANAFLORO.

3. Conclusões e recomendações

Ao longo do texto acima, em vários momentos, podem ser identificadas contribuições e recomendações, além destas e levando-se em consideração a falta de pessoal qualificado, a deficiência de material, e a ausência de planejamento ou a inadequação do planejamento existente, a incapacidade de realizar um trabalho mais articulado com outras instituições e com a sociedade civil, propõe as seguintes sugestões:

1. A contratação imediata por parte do PMUD de um consultor para a área de educação ambiental e educação rural;

2. A redução do volume de ações propostas e do número de municípios atendidos, pois está claro, que não há técnicos suficientes, é preferível começar de forma menos intensa (mais próxima da capacidade de execução) este projeto de educação ambiental, de forma organizada, com uma assistência mais satisfatória, com profissionais qualificados, onde as experiências sejam fator de crescimento e amadurecimento (diferente desta superposição de tarefas, que sobrecarregam os técnicos que coordenam o projeto impossibilitando-os de realizarem revisões e avaliações satisfatórias);

3. Maior abertura para a participação de outras instituições envolvidas com educação ambiental, com educação, e com o meio ambiente, além da concretização efetiva da parceria com ISAMA e SEDAM;

4. Abertura para a participação de fato das ONG's e de outras instâncias da sociedade civil, como OAS, SINTERC;

5. O cancelamento da ação constante no POA 94 com o "Realização de serviços com veiculação de propaganda sobre temas ambientais" (p.5);

6. Extinção das gratificações para os funcionários dos órgãos executores, já que são contratados para executarem projetos desta natureza; extinção das diárias para as atividades ocorridas dentro do mesmo município onde está lotado o funcionário (eventualmente como fazem os municípios e o Estado);

7. Maior agilidade quanto a liberação dos recursos, para que aconteçam dentro do período previsto, minimizando a desvalorização dos recursos;

8. A fim de fugir da lógica hegeliana, estabelecer a criação junto ao Poder Judiciário do Estado, das Varas de Meio Ambiente, a exemplo das criadas no Estado de São Paulo, onde é acionada pelas ONG's e por outras parcelas da sociedade civil organizada, aproximando a consciência do problema (ocorrida na escola), os canais de denúncia (poder de fiscalização e de polícia), e a resolução do problema;

9. Estudo e reelaboração das ações propostas nos PCA's, buscando responder questões básicas como: por que? para que? quando? como? para quem? com o que?, dentre outras;

10. Realizar a contratação ou a transferência de pessoal técnico para assessorar o projeto;

11. Iniciar rapidamente um programa de estudos para os técnicos da SEDUC, visando qualificá-los para o trabalho de planejamento, assessoramento e supervisão na área de educação ambiental;

12. Estabelecer parceria estreita com a Universidade Federal de Rondônia, ou outro centro de pesquisa que conte com professores e pesquisadores qualificados para a área.

4. Bibliografia consultada

ARRUDA, Marcos. Metodologia da praxia e formação dos trabalhadores. Rio de Janeiro, junho de 1.988. mimeo.

BANCO MUNDIAL. Relatório número 8273. Brasil, Fevereiro de 1.992.

CARVALHO, Horácio Martins. Desenvolvimento sustentável e padrões de sustentabilidade. Colábia, julho de 1.993. mimeo.

CNP - ÁREA SOCIAL. Parecer número 002/92. Rondônia, Maio de 1.992.

CNP - ÁREA SOCIAL. Parecer número 022/92. Rondônia, Maio de 1.992.

CNP - ÁREA SOCIAL. Sub-componente educação - programa de assistência de educação. Rondônia, Agosto de 1.993.

COORDENAÇÃO ESTADUAL DO POLONOROESTE DE RO. 22. Relatório de secretaria. Porto Velho, 1.990, mimeo.

FÓRUM DAS ONG'S DE RONDÔNIA. AIDE MEMOIRE - Missão do Banco Mundial/MIR/BNM. Rondônia, setembro de 1.993.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA/SEDUC, Coordenadora de viagens das supervisoras de planejamento nas VIAR's de Ji-Paraná, Ji-Paraná, setembro de 1.998.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NÚCLEO SETORIAL DE PLANEJAMENTO, EQUIPE TÉCNICA DE PROGRAMAS ESPECIAIS. Relatório de conclusão de projetos: contrato número 2852 - BR - BCL/DNORCESTE/RO, Rondônia, 1.991, ofício.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, SEDUC, NUPLAN, ETEPE. Relatório Informativo PLANAELESC, Rondônia, janeiro de 1.993.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, SEDUC, NUPLAN, ETEPE. Plano operativo anual - POA/93 - Projeto executivo implantação do curso técnico florestal na Escola Agrícola de Ji-Paraná "Sylvia Gonçalves de Farias", Rondônia, s/d.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, SEDUC, NUPLAN, ETEPE. Plano operativo anual - POA/93 - Projeto executivo treinamento de professores, Rondônia, s/d.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, SEDUC, NUPLAN, ETEPE. Plano operativo anual - POA/93 - Projeto executivo educação ambiental, Rondônia, s/d.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, SEDUC, NUPLAN, ETEPE. Plano operativo anual - POA/93 - Projeto executivo melhoria de salas de aula, Rondônia, s/d.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, SEDUC, NUPLAN, ETEPE. Plano operativo anual - POA/93 - Projeto executivo visitas de supervisão, Rondônia, s/d.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, SEDUC, NUPLAN, ETEPE. Plano operativo anual - POA/94 - Denominação implantação do curso florestal na escola "Sylvia Gonçalves de Farias" no município de Ji-Paraná - Rondônia, Rondônia, 1.993.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, SEDUC, NUPLAN, ETEPE. Plano operativo anual - POA/94 - Denominação capacitação de recursos humanos, Rondônia, 1.993.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, SEDUC, NUPLAN, ETEPE. Plano operativo anual - POA/94 - Denominação educação ambiental, Rondônia, 1.993.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, SEDUC, NUPLAN, ETEPE. Plano operativo anual - POA/94 - Denominação melhoria do atendimento escolar, Rondônia, 1.993.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, SEDUC, NUPLAN, ETEPE. Plano operativo anual - POA/94 - Denominação visitas de supervisão, Rondônia, 1.993.

INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS E AMBIENTAIS (IEA).
Diagnóstico institucional preliminar de áreas executoras de
plano agropecuário e florestal de Rondônia (PLANAFLORO).
Rondônia, Setembro de 1.993.

MACHALZES, JOEL MAURO. Reservas extrativistas. Porto Velho,
Setembro de 1.993. vídeo.

MILLIKAN, Brent H. Relatório final - Diagnóstico de dez
municípios urbanos de apoio rural. Califórnia-EUA, fevereiro de
1.984.

MINISTÉRIO DO INTERIOR: POLONORCESTE/SUDECC. Terceiro
relatório de monitoria. Brasília, 1.984. vídeo.

MINISTÉRIO DO INTERIOR: POLONORCESTE/SUDECC. Décimo quinto
relatório de monitoria. Brasília, 1.987. vídeo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ, SEMEC. Programa de
visitas de supervisão - 24/07/93 a 16/07/93. Ji-Paraná,
1.993.

SEDUC. Diagnóstico institucional do setor educacional
(primeiros resultados). Projeto FAO 396/RZ/037. Porto Velho,
jun/jul de 1.989. vídeo.

SEDUC, ETEPE. Relatório de monitoria - área social -
julho/agosto/setembro. Rondônia, 1.993.

SEDUC, ETEPE. Relatório de monitoria - área social e
ambiental sub-componente educação - PLANAFLORO. Rondônia,
1.993.

SEDUC, ETEPE. Relatório de monitoria - área social -
maio/junho/julho. Rondônia, 1.993.

SEDUC, NUPLAN, ETEPE. Relatório de avaliação do PLANAFLORO:
1.989 a junho de 1.993 - sub-componente educação. Rondônia,
maio de 1.993.

SEDUC, NUPLAN, ETI. Sistema estatístico da educação.
Rondônia, 1.993.

TEIXEIRA, Emerson e outros. Plano agropecuário e florestal
de Rondônia - PLANAFLORO. Rondônia, s/d.